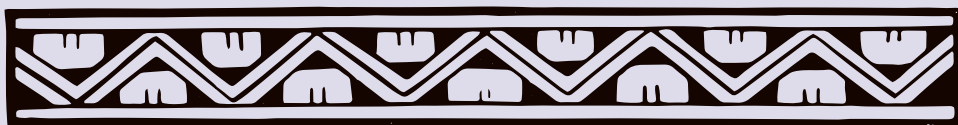


Artigos



›REVISTA BRASILEIRA DE MÚSICA‹, V. 36, N. 1, JAN.–DEZ. 2025
PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA
ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Antônio dos Santos Cunha: um imaginário musicológico revisitado¹

Rodrigo Pardini, Edite Rocha²

RESUMO: O artigo propõe uma revisão crítica ampliada da trajetória biográfica e do imaginário histórico em torno do compositor Antônio dos Santos Cunha (c. 1780–1830), figura destacada no repertório sacro mineiro. Embora sua música tenha permanecido em circulação nas práticas litúrgicas de São João del-Rei (Minas Gerais, Brasil) ao longo do século XIX, sua memória tem sido marcada por uma escassez de informações desproporcional ao impacto de sua produção musical. A partir do cruzamento de fontes paroquiais, cartoriais, musicográficas, hemerográficas, administrativas luso-brasileiras e bibliográficas, centrando-se na análise de fragmentos que compõem uma linha do tempo em perspectiva, o estudo articula a trajetória, vínculos familiares, mobilidade atlântica, profissionalização musical e contexto geopolítico para compreender Antônio dos Santos Cunha como um sujeito histórico multifacetado, cuja relevância musical se construiu no entrelaçamento entre práticas culturais, estruturas de poder e mecanismos de memória.

61

PALAVRAS-CHAVE: Biografia musicológica. Música no Antigo Regime tardio. Música sacra mineira. Circulação musical transatlântica.

ABSTRACT: This paper proposes an expanded critical revision of the biographical trajectory and historical imaginary surrounding the composer Antônio dos Santos Cunha (c. 1780–1830), a prominent figure in the sacred repertoire of Minas Gerais, Brazil. Although his music remained in circulation within the liturgical practices of São João del-Rei (Minas Gerais) throughout the 19th century, his biography has been characterized by a scarcity of data disproportionate to the impact of his musical output. By cross-referencing parish, notary, musicographic, hemerographic, and Luso-Brazilian administrative and bibliographic sources, and focusing on the analysis of fragments that constitute a timeline in perspective, this study articulates his life path, family ties, Atlantic mobility, musical professionalization, and geopolitical context. Ultimately, it seeks to understand Antônio dos Santos Cunha as a multifaceted historical subject whose musical relevance was constructed at the intersection of cultural practices, power structures, and mechanisms of memory.

KEYWORDS: Musicological biography. Music in the late Ancien Régime. Sacred music in Minas Gerais. Transatlantic musical circulation.

¹ Baseado em comunicação oral apresentada no VI Encontro de Musicologia Histórica do Campo das Vertentes (Universidade Federal de São João del-Rei, 2023).

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro dos Estudos dos Acervos Musicais Mineiros (CEAMM).

Bastaria ouvir ou ler o nome de Antônio dos Santos Cunha para o achar sonante em qualquer contexto luso-brasileiro. A familiaridade se consolida e reflete em inúmeros homônimos que, paradoxalmente, reverberam em muitas frentes. Mas quando nos referimos ao músico e compositor da virada do século XVIII para o XIX, a relevância se direciona ao seu lugar na história da música em Minas Gerais. Se por um lado o legado de Antônio dos Santos Cunha atravessou o tempo, perpetuado sobretudo através de sua presença musical no repertório sacro das orquestras de São João del-Rei, por outro um descompasso estabeleceu-se entre esta perpetuação de sua memória e o escasso volume de informações divulgadas sobre sua trajetória individual, conjuntura que desafiou sucessivas gerações de pesquisadores interessados em compreender o *constructo* musicológico que representa (Neves, 1984; Rocha, 2005, 2009; Souza, 1976; Viegas, 1987). Esse contraste revela um problema reiterado da historiografia musical brasileira: a dissociação entre a permanência do repertório e a fragilidade das narrativas biográficas que sustentam o lugar canônico de determinados compositores. Esse paradoxo, amplamente discutido por autores como Everist (1999) e Treitler (1989) manifesta-se de modo particularmente agudo no contexto da música luso-brasileira do final do Antigo Regime, onde a escassez documental, a circulação manuscrita e a sobreposição de identidades desafiam a eficácia de abordagens biográficas tradicionais. Nesta perspectiva, consideramos relevante uma “tomada de consciência acerca da subjetividade como motor da elaboração da memória, como fio de coser imaginários, presente em campos procedimentais e metodológicos diversos” (Novaes, 2023).

Antônio dos Santos Cunha insere-se plenamente nesse problema historiográfico. Seu nome permanece corrente na prática musical de São João del-Rei desde inícios do século XIX, associado sobretudo aos Ofícios da Semana Santa e às Novenas de Nossa Senhora da Boa Morte (Neves, 1997, p. 29; Viegas, 1987, p. 61–62). Entretanto, a força simbólica de sua obra convive com o vazio narrativo que, por décadas, alimentou leituras conjecturais, ora idealizadas, ora redutoras. A recorrência do nome em diferen-

tes contextos luso-brasileiros contribuiu para diluir a identidade específica do compositor, sob uma aparente familiaridade onomástica. Esta pesquisa revisita esse imaginário musicológico sobre Antônio dos Santos Cunha, articulando fontes diretas e indiretas vinculadas a este compositor, a partir de uma linha diacrônica de vestígios reunidos (apresentada no apêndice ao artigo). Trata-se de um instrumento analítico que evidencia ritmos de presença e ausência documental, deslocamentos geográficos e inflexões identitárias. Assim, a partir dessa análise das fontes, pretendemos refletir não apenas a presença de informações, mas também seus silêncios, lacunas e assimetrias, entendidos como dados historicamente significativos para quem a ausência documental pode revelar tanto quanto o registro explícito (Ginzburg, 2012).

O estudo não se restringe porém a responder “quem foi” o compositor, mas procura também entender por que sua música permaneceu, como sua posição social foi negociada e de que maneira sua trajetória dialoga com estruturas mais amplas de poder, mobilidade e cultura no espaço luso-atlântico. Logo, nosso objetivo é revisitar documentalmente a vida de Antônio dos Santos Cunha, a fim de problematizar os modos pelos quais sua biografia foi construída, silenciada ou moldada pela historiografia musicológica brasileira, articulando esse indivíduo às dinâmicas sociais mais amplas do mundo luso-atlântico. Como demonstrado por autores como Assis et al. (2009) ou DeNora (2000), o estudo alinha-se a abordagens que concebem a música como prática social inserida em redes institucionais e simbólicas, e não apenas como produção autônoma desvinculada de seus contextos de circulação e recepção. Tal perspectiva permite-nos examinar Antônio dos Santos Cunha não somente como compositor, mas como um agente social cuja trajetória atravessou esferas diversas — confrarial, militar, administrativa, religiosa e familiar. Ao nos distanciarmos da figura do compositor como um sujeito autônomo e linear, pretendemos analisar como produtos de redes sociais, estruturas institucionais e regimes de valor historicamente situados inserem-se em um tecido social. O artigo parte ainda do princípio que a biografia musical (Brandão, 2020;

Wiley, 2008), longe de ser um gênero menor ou meramente complementar à análise das obras, constitui um campo metodológico central para entender aspectos como circulação cultural, contextos de criação musical, estruturas sociais e mecanismos de legitimação artística de compositores, e as formas pelas quais a memória histórico-musical — aqui, de Antônio dos Santos Cunha — são construídas e preservadas.

Afinal, o que sabemos de Antônio dos Santos Cunha?

A assimetria documental entre as referências à música autoral de Antônio dos Santos Cunha e os escassos registros de sua atividade não impediram que, desde o final do século XIX, autores e músicos reconhecessem sua importância na prática musical em Minas Gerais. A reprodução de seu repertório, sobretudo executado nas tradicionais cerimônias da Semana Santa em São João del-Rei, antecede o registro de 1889 (Figura 1). Luiz Baptista Lopes, então maestro da centenária Orquestra Lira Sanjoanense (entre 1882 e 1907), indicou Antônio dos Santos Cunha como um dos principais compositores do repertório da orquestra no estandarte do conjunto musical.³ Fontes jornalísticas do início do século XX reforçam essa presença simbólica, indicando que suas obras eram associadas ao patrimônio cultural da cidade. O nome de Antônio dos Santos Cunha não circulava apenas entre os músicos da localidade, mas era também representado pelas referências de uma memória coletiva de sua obra:

Entre essas narrativas gravadas até hoje em minha memória, desagreguei a da última festa d'Ascensão celebrada aqui, por volta do ano de 1800 e pouco.

[...]

As ondas de harmonia que cruzavam de côro com as ondas das mysturas do incenso que desciam da Capella-Mór, as luzes das velas accesas em todos os altares lateraes, o perfume das flores amontoadas a mancheias em todos os intersticios dos bem lavrados castiças de prata, tudo isso predispunha os animos, augmentava a anciedade, duplicava a impaciencia.

³ Seu nome figura ao lado de José Maurício Nunes Garcia, João de Deus de Castro Lobo, Manoel Dias de Oliveira, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, José Maria Xavier, Presciliano José da Silva, João Francisco da Matta, Souza Pinto e Jerônimo de Souza.



REVISTA BRASILEIRA DE MÚSICA, V. 36, N. 1, JAN.–DEZ. 2025 · PPGM-UFRJ

Felizmente... o velho vigário, ladeado dos seus acolytos revestidos de paramentos de *tissu* e ouro, com solemnidade e magestosa gravidade, levanta-se da sua poltrona coberta de couro com labores custosos e grandes pregos de bronze dourado, onde estivera pacientemente esperando a execução do *Kirie*, do grande maestro Antonio dos Santos (“Velhas lembranças”, 1915, p. 2).

A primeira investigação musicológica foi identificada no contexto do projeto de microfilmagem de manuscritos do Ciclo do Ouro, que em São João del-Rei ocorreu entre março e setembro de 1976 (Barbosa, 1978, p. III). Essa iniciativa impulsionou e consolidou a missão de destacar compositores regionais como representativos para uma narrativa historiográfica de uma identidade musical são-joanense (Pereira, 2023). Consequentemente, a publicação sobre Antônio dos Santos Cunha integrou as comemorações do bicentenário da Orquestra Lira Sanjoanense, ocorridas entre 1976 e inícios de 1977. Assim, em contraponto ao esquecimento da trajetória de diversos outros músicos coevos, dos treze painéis destacados,⁴ este compositor ocupa a posição de um dos quatro atribuídos ao século XVIII: Manuel Dias de Oliveira, José Joaquim Lobo de Mesquita, Joaquim de Paula Sousa e Antônio dos Santos Cunha.

Quatro compositores do século XVIII [...]

Painel 4 = Antonio dos Santos Cunha

Muito pouco se sabe sobre este notável compositor.

Pesquisas revelaram que seu nome consta nos seguintes documentos:

1786 — Irmandade da Boa Morte — Livro de Receita e Despesas pagamento por resma de papel vendido à Irmandade.

1800 — Ordem Terceira do Carmo — Livro de Entrada de Irmãos e c/c. pagamentos à Ordem, de suas anuidades até 1815.

1801 — Irmandade de São Miguel e Almas — Livro de Receita e Despesas pagamento por importe de Livro vendido à Irmandade.

⁴ Compositores do século XVIII: 1) Manuel Dias de Oliveira, 2) José Joaquim Lobo de Mesquita, 3) Joaquim de Paula Sousa, 4) Antônio dos Santos Cunha; compositores do século XIX: 5) José Maria Xavier, 6) Martiniano Ribeiro Bastos, 7) João Francisco da Matta, 8) Firmino José da Silva e Presciliano José da Silva; compositores do século XX: 9) João Feliciano de Souza, 10) Vicente Valle, 11) Adhemar Campos Filho, 12) José Maria Neves e 13) Geraldo Barbosa de Souza (Orquestra Lira Sanjoanense, 1976, p. 1-3).

1801 — Irmandade do Senhor dos Passos. — Livro de Receita e Despesas. — Pagamento de anuidade

De sua atividade musical conservou-se em tradição oral, ter sido notável como regente. Possuem os arquivos da “LIRA SANJOANENSE” e “RIBEIRO BASTOS” as seguintes obras: *Missa e Credo a 5 vozes*; *Missa a 4 vozes*; *Novena de N[ossa] S[enho]ra da Boa Morte*; *Pange lingua* a solo de baixo; *Ofícios* de 4^a, 5^a e 6^a feira da Semana Santa (rascunhos e partitura definitiva).

No “*Cum Sancto Spiritu*” de sua *Missa a 5 vozes*, escrita no final do século XVIII, antecipa Paganini, com o modo de empregar a melodia nos instrumentos de corda.

Obras expostas: Parte de violino do *Laudamus a 4 vozes*.

Parte de Tenor da *Missa a 4 vozes*

final do século XVIII — Autógrafos (Orquestra Lira Sanjoanense, 1976, p. 1).

Este marco musicológico representa a base informacional da biografia sobre este compositor. Reproduzida em referências posteriores, essas narrativas buscaram, principalmente, interpretar e fortalecer um imaginário vinculado aos privilégios da condição de cor, origem portuguesa e pertencimento às associações religiosas de leigos de São João del-Rei. Em contraponto, quando se observa o conjunto de registros paroquiais e confrariais, o nome de Antônio dos Santos Cunha encontra-se associado majoritariamente a pagamentos, anuidades, aquisição de livros e o ingresso em irmandades, sem menção explícita à sua atuação musical ou a contratos artísticos:

Um compositor considerado ainda um enigma quanto às suas origens é Antônio dos Santos Cunha. Notícias concretas são fornecidas pelos livros de registro das irmandades do Senhor Bom Jesus dos Passos, São Miguel e Almas e da Ordem Terceira do Carmo, todas de São João del-Rei, nenhuma porém esclarecendo suas atividades musicais. Na dos Passos é seu registro de entrada de irmão em 17/02/1801, na de São Miguel e Almas, em livro de Receita e Despesas, pagando a despesa do importe de um livro, também em 1801; Na Ordem Terceira do Carmo, há o seu registro de entrada de irmão em 1800 e por volta de 1815 existe a anotação de falta de pagamento das anuidades por estar “ausente para Lisboa”, faltando ainda pesquisar outros livros; existindo até o momento somente estas informações.

Por pertencer à Ordem Terceira do Carmo e à Irmandade dos Passos, evidenciase ser branco, pois ambas não permitiam a entrada de pardos ou mulatos como irmãos. Tudo faz crer que Antônio dos Santos Cunha seja português (Viegas, 1987, p. 61).

Neste quadro, a assimetria entre a construção de uma narrativa musicológica, cuja importância atribuída se ampara parcialmente na permanência de sua memória no meio musical são-joanense, contrapõe-se ao desconforto de não se conseguir atestar sua formação e atuação musical. Sua memória e legado perpassou o século XIX por meio da inclusão de suas obras na tradição sacra em São João del-Rei até que as obras de José Maria Xavier, compostas por volta de 1870, as substituíssem (Neves, 1997, p. 34). Neste conjunto narrativo, as informações publicadas sobre a trajetória biográfica de Antônio dos Santos Cunha são convergentes em apontar a carência de registros disponíveis nos arquivos brasileiros (Rocha, 2011a, p. 110). Em contraponto, as reiteradas tentativas de pesquisa parecem ter sido paralisadas pelo suposto volume de homônimos nos documentos (Neves, 1984, p. 138).⁵

68

O silêncio documental dos contratos de prestação de serviços musicais em São João del-Rei é, contudo, interpretado na historiografia musicológica como um dilema: ora sugerindo um compositor com dedicação exclusiva à escrita musical (consonante com um perfil romantizado de gênio imerso em sua criação artística), ora admitindo a hipótese de não ter sido um músico profissional (dissonante e incoerente com o perfil de um agente social cuja música não o limitaria em sua atuação múltipla). Consequentemente, esse imaginário se expande sob diversas óticas, como: a origem (Neves, 1997; Viegas, 1987); a análise de seu repertório (Campos Neto, 2023; Fonseca, 2022; Fonseca; Guimarães, 2023; Rocha, 2009, 2008, 2005, 2011a, 2011b, 2013; Crawl, 2006; Pardini; Rocha, 2024; Castagna, 2011; Ricciardi, 2000, p. 105–106), e outros aspectos tratados tangencialmente como a atividade musical do Rio de Janeiro nos reinados de D. João VI e D. Pedro I (Medeiros et al., 2021, p. 35–36), questões de

⁵ Embora esse aspecto tenha reverberado no contexto musicológico de abordagem histórica, os registros de José Maria Neves sugerem que a pesquisa por “Antônio dos Santos”, com ausência de seu último nome (Cunha), indicou uma alta quantidade de homônimos alegados. Este estudo parte do pressuposto que a desagregação de seu último nome seria um fator de expansão documental, dado que nos registros encontrados quase todos exclusivamente usaram seu nome completo, e se tornou fator determinante para a identificação deste compositor.

análise do contexto de poder (Rossato, 2007, p. 139), a adesão a irmandades (Araújo, 2013, p. 94), as redes sociofamiliares (Pardini, 2025), entre muitos outros apontamentos.

O volume de cópias como fontes contextuais de uma prática musical historiografada sugere uma ampla circulação de suas obras, embora não corrobore com conclusões tangenciais sobre sua inserção nos conjuntos musicais são-joanenses:

Apesar das dificuldades encontradas para o estabelecimento de datas para essas fontes, o volume de cópias de obras atribuídas a Antônio dos Santos Cunha permitiu aos musicólogos inferir que o compositor possuiu uma atuação musical de grande relevo. Por outro lado, o desconhecimento de contratos relacionados a Antônio dos Santos Cunha à frente de conjuntos musicais em São João del-Rei possibilitou conceber que este músico se dedicava exclusivamente à composição ou que era possivelmente apenas um membro integrante de um dos agrupamentos musicais da localidade. Apesar de existirem cópias de suas obras em diversos acervos espalhados pela região, depreende-se que este compositor não atuava como músico profissional, dado o desconhecimento de pagamentos por essa atividade. Da mesma forma, considera ser possível que seus manuscritos tenham sido inseridos no acervo da orquestra em épocas mais recentes ou ainda que não necessariamente possuía vínculos musicais com os demais músicos são-joanenses (Pardini, 2025, p. 54).

69

Essa ambiguidade nos motiva na busca por fontes que nos aproximem da atuação musical para a análise das condições sociais que permitiram a circulação de sua obra (Rezende, 1989, p. 616–617). É nesse ponto que a construção de uma linha do tempo (ver Apêndice) se apresenta crucial para uma abordagem sociofamiliar que permita tecer uma nova narrativa. Esta, embora moldada por mais recentes perspectivas interpretativas, demandou uma revisita às informações documentais disponíveis para sustentar a releitura e análise das fontes encontradas em cruzamento com realidades ausentes das histórias em que se insere como compositor canônico.

Corpus musicográfico e regimes de circulação

Uma outra face do imaginário remete ao valor atribuído à obra de Antônio dos Santos Cunha. Se considerarmos a perspectiva de música absoluta (Bonds, 2014), que acabou tomando vieses mais profundos e por vezes

controversos de reflexão, podemos partir desse paradigma como eixo de embasamento e análise para este caso. Sabemos que o *corpus musical* atribuído a Antônio dos Santos Cunha era inteiramente sacro (Neves, 1997, p. 29; Viegas, 1987, p. 62) e não se destacava por sua extensão, mas pela sua atribuída densidade estilística e recepção duradoura. A permanência de suas obras indica que sua música não apenas fazia parte de um ritual sonoro religioso, mas se integrava como plenamente funcional dentro das transformações do gosto litúrgico local. A sobrevivência manuscrita, as múltiplas cópias e a estabilidade performática sugerem um regime de circulação que operou independente da presença física do compositor. Assim, os cinco grupos de obras do compositor acabam sendo descritos em conjunto ou isoladamente em torno de seus: *Responsórios para a Semana Santa*; *Novena de Nossa Senhora da Boa Morte*; *Missa grande*, a quatro vozes; *Missa e Credo*, a cinco vozes; e *Pange lingua* (atribuição).⁶

⁶ Fontes: *Responsórios para a Semana Santa* — a) Sem folha de rosto. Autógrafo. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0001-0102) (Barbosa, 1978, p. 86). Catalogado por Nascimento (2021, p. 422). b) “1º Nocturno / 1º Resp[onsóri]o / Basso do Officio de 4ª fl[e]r^a Sancta”. Cópia de Francisco José das Chagas e Martiniano Ribeiro Bastos. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0562-0732) (Barbosa, 1978, p. 85). Catalogado por Nascimento (2021, p. 421). c) “Responsorios / Para Quarta Feira S[an]^{ta} / a 4 Vozes / Violinos Violla, Flauta Clarineta Corni / e BaSo / por Antonio dos Santos Cunha”. Autógrafo. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0221-0333) (Barbosa, 1978, p. 82-83). Catalogado por Nascimento (2021, p. 422). Editado por Rafael Sales Arantes (2022). d) “Responsorios / para o / Officio de Quinta Feira Santa / a / Quatro vozes, Violinos, Violla, Flauta Clarineta / Trompas, e BaSo / p[o]^r / Antonio dos Santos Cunha”. Autógrafo. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0334-0451) (Barbosa, 1978, p. 83). Catalogada por Nascimento (2021, p. 422). e) “M[artiniano] R[ibeiro] Bastos / 6ª Feira 1º Responsorio / 1º Nocturno”. Manuscrito autógrafo. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0103-0219) (Barbosa, 1978, p. 86). Catalogada por Nascimento (2021, p. 422). f) “Responsorios / para o / Officio de Sexta Feira S[an]^{ta} / a 4 Vozes / Violinos, Violla, Flauta, Clarineta, Corni / e BaSo / p[o]^r / Antonio dos Santos Cunha”. Autógrafo. Orquestra Ribeiro Bastos, código 192.1; E9P5. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJrb PUCRJ-23 (0452-0561) (Barbosa, 1978, p. 84). Catalogado por

Nascimento (2021, p. 422). g) “Baixo / dos Ofícios de / Ant^{l[omi]o} dos Santos / P[ara] a Lyra S[ão-] J[oa]nense”. Orquestra Lira Sanjoanense, códigos OL50208; OL50209; OL50210. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJls PUCRJ-04 (0249-0666) (Barbosa, 1978, p. 84-85).

Novena de Nossa Senhora da Boa Morte — a) “Antiphona, e Hino de Nossa Senhora / Assumptionem, e Maria Mater Gratie / Com Viollinos, Violla, Clarineta, Flauta, Trompas, / AF Baxo. AF / Por seo Author Antonio dos Santos Cunha. / J[osé] G. F[loriano] de Joaquim Gracia de Fonseca / Joseph Florianno de Oliveira Gama de Brandão / Ba^{pe[ndi]} 5 de Dezembro de 1839”. Cópia de Francisco de Paula Miranda e Hermenegildo José de Souza Trindade. Orquestra Lira Sanjoanense, código OL50133. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJls PUCRJ-09 (0229-0261) (Barbosa, 1978, p. 79). Editada por Neves (2000, p. 99-166), Figueiredo (2020, p. 168-267) e parcialmente por Arantes (2015). b) [No verso da parte de baixo instrumental:] “Assumptionem de Antonio dos / Santos Cunha. / Com V[iolino]s Violla Flauta Clarinetes / Trompas e Ba[i]xo / [Hermenegildo José de Souza] Trindade” [Em outra parte de baixo instrumental:] “Maria Mater Gratia p[o] / Antonio dos S[an]tos Cunha com VV[iolino]s / Violla Flauta Clarineta / Trompas e Ba[i]xo / [Hermenegildo José de] Souza Trindade” [Em outra parte de baixo instrumental:] “Veni e Domine a quatro / Com Violinos Clarinetas Flauta Trompas e Baixo / Por seu Autor Antonio dos Santos Cunha / Para o Uzo de Fran[cis]co de Paula de Mir[an]da / E pertence hoje a Hermenegildo Jose de S[ou]za Trin[da]de” [O final da parte de primeiro violino:] “Antonio dos Santos Cunha”. Partes com possíveis autógrafos. Cópia de Francisco de Paula Miranda e Hermenegildo José de Souza Trindade. Orquestra Lira Sanjoanense, código OL50133. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJls PUCRJ-09 (0177-0228) (Barbosa, 1978, p. 80).

Missa grande a quatro vozes — “So[prano] / 3 / Mis[sa] / a 4 Vozes / Por / Antonio dos San[tos] / Ribeiro B[astos]”. Cópia de Francisco José das Chagas, Martiniano Ribeiro Bastos e outros copistas. Orquestra Ribeiro Bastos, código 89-90. Redução para coro e piano por Rocha (2009, v. 2, p. 5-91). Catalogado por Nascimento (2021, p. 291).

Missa e Credo a cinco vozes — a) “Soprano Principal Missa a 5 Vozes de Antonio dos Santos Cunha”. Cópia de Presciliano José da Silva, Francisco de Paula Miranda, José Maria Xavier, “Cap[ita]”, Desidério Antônio de Jesus Silva e Francisco José das Chagas. Orquestra Lira Sanjoanense, código OL50188. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJlav PUCRJ-19 (0000-0105); BRMGJls PUCRJ-04 (0000-0095) (Barbosa, 1978, p. 81-82). b) “Credo a 5 / com / Viollinos Viollas Flautas Clarinetas Trompas, e / Basso / Pertence a Francisco Jose das Chagas / que copiou no dia 4 de 9[novem]^{bro} de 1841”. Cópia de Francisco José das Chagas (1841) e Martiniano Ribeiro Bastos (1885). Orquestra Lira Sanjoanense, código OL50383. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BRMGJls PUCRJ-19 (0106-0162) (Barbosa, 1978, p. 80-81). c) “MISSA E CREDO / A / Cinco Vozes / Violinos, Viola, Flautas, Clarine / tas, Clarins, Trompas, Fagotes, / Trombom, Timpano, e Basso. /

Em estudos mais recentes, analisamos a circulação das obras de Antônio dos Santos Cunha como herança patrimonial, inventariada em testamento por Lourenço José Fernandes Braziel e herdada por Joaquim Bonifácio Fernandes Braziel, João Leocádio do Nascimento e Antônio da Trindade Fernandes Braziel, em 1833, em que os dois primeiros ficariam responsáveis pelo legado (Pardini & Rocha, 2024, p. 6–11):

Apesar da falta de indícios que permitam fundamentar uma correspondência entre as obras mencionadas no inventário de Lourenço José Fernandes Braziel e aquelas preservadas nos arquivos das orquestras de São João del-Rei, verifica-se que durante a partilha dos manuscritos de seu pai, não consta que Joaquim Bonifácio herdou obras de Antônio dos Santos Cunha. [...] Conforme a divisão de bens de Lourenço José Fernandes Braziel, verifica-se que João Leocádio do Nascimento administrou as partes restantes não atribuídas a Joaquim Bonifácio e, consequentemente, teria em sua posse tais manuscritos (Pardini & Rocha, 2024, p. 10).

No campo musicográfico, a coleção de seis volumes dedicados à música do passado de tradição escrita em Minas Gerais,⁷ elaborada pela equipe coordenada por Paulo Castagna entre 2003 e 2011, e cujo quarto volume destina-se integralmente à *Missa e Credo a cinco vozes* de Antônio dos Santos Cunha (Castagna, 2011), contribuiu para consolidar a perpetuação de seu repertório no panorama musical e musicológico mineiro, integrado ao movimento de revivalismo da música antiga no Brasil. Em uma dimensão historiográfica, buscava-se uma confluência na identificação de estilos de composição sob o estandarte do ciclo do ouro. Contudo, a

Dedicado / AO / Muito Alto e Muito Poderoso Senhor / DOM PEDRO PRIMEIRO / IMPERADOR CONSTITUCIONAL / E / DEFFENSOR PERPETUO / DO / Imperio do Brasil / Por Antonio dos Santos Cunha”. Consta assinatura do compositor. Copista desconhecido. Acervo do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro, código CRI-SM82, disponível em: http://www.acmerj.com.br/CMRJ_CRI_SM82.htm.

Pange lingua (atribuição) — “*Soli / com / Violinos Viola Flautas Clarinetas Trompas / e / Basso / Para o uzo de Fran[cis]o José das Chagas [No final da pauta:] dezoito de agosto de 1837*”. Cópia de Francisco José das Chagas (1837). Orquestra Lira Sanjoanense, código OLS0367. Manuscrito microfilmado pelo Ciclo do Ouro, BR-MGSJAV PUCRJ-19 (0163–0182) (Barbosa, 1978, p. 87–88).

⁷ Correspondentes aos seguintes volumes: 1) José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita (2008), 2) Jerônimo de Sousa (2008); 3) Francisco Magalhães do Valle (2008); 4) Antônio dos Santos Cunha (2011); 5) João de Deus de Castro Lobo (2011) e 6) Gabriel Fernandes da Trindade (2003).

herança analítica à luz de várias lentes de observação nos remete a narrativas questionáveis quando se associa a música mineira a modelos barroco-contrapontísticos. Sem adentrar nessa complexa e talvez já ultrapassada questão, até porque Antônio dos Santos Cunha pode ser situado como mais tardio, a busca pela presença de estéticas “modernas” em suas obras demonstra leituras valorativas comparadas tanto a contextos de centros europeus específicos ou compositores eruditos canônicos, quanto em comparação aos próprios compositores coevos da cena musical.

Em uma seleção de retratos do imaginário sonoro de sua obra e sua vida, a atribuição de apontamentos do valor musical *per se* materializa-se na bibliografia como um compositor que, não obstante sua “origem desconhecida [...] escreveu música de alta qualidade” (Dias, 1999, p. 167); à análise do impacto estilístico e lugar temporal que ocupava “cuja obra representa início de uma mudança de gosto, e inflexão ‘romântica’, ou ‘pré-romântica’, na produção mineira, a exemplo do que acontecia na Bahia, com Damião Barbosa de Araújo (1778–1856)” (Perpétuo, 2021), ou situando Santos Cunha como representante “juntamente com o Pe. João de Deus, o início das influências românticas na música produzida na região das minas” (Crowl, 2006, p. 30), ou ainda, a busca pelo imaginário sobre sua vivência musical, a formação aprimorada, o domínio técnico instrumental, que não seriam característicos da realidade são-joanense:

Sua obra mostra um músico acostumado ao teatro de óperas, onde predomina o *bel canto* italiano, com virtuosismo vocal, efeitos orquestrais demonstrando grande domínio na orquestração, já empregando o clarinete como instrumento solista, cromatismo nos solos de trompa, aliás com bastante dificuldade técnica ainda hoje, quando os instrumentos possuem maiores recursos, e nos violinos emprega a região aguda do instrumento, fatos estes não tão comuns na música mineira da época (Viegas, 1987, p. 61).

O silêncio das fontes não impediu que fossem levantadas conjecturas sobre a sua formação musical. A análise comparativa de estilos e identidades musicais com outras figuras canônicas mineiras gerou opiniões múltiplas. No imaginário dessa escuta localizada, um cronista da época teria alegado a influência estilística que o padre José Maria Xavier recebeu de Antônio dos Santos Cunha e Manoel Dias de Oliveira. No entanto, na perspectiva de

Aluízio Viegas, considera-os como “inteiramente opostos” apesar de identificar “ter empregado melodia idêntica à de Santos Cunha” (Viegas, 1987, p. 60). Afinal, o que define essa desarticulação da escuta como “diferente”?

Segundo um cronista da época, o Pe. José Maria Xavier era seguidor dos estilos de Antônio dos Santos Cunha e Manoel Dias de Oliveira. É contestável esta afirmação. O Padre José Maria Xavier é dono de um estilo próprio, facilmente reconhecível. O ter empregado melodias parecidas às de Antônio dos Santos Cunha e Manoel Dias de Oliveira, não indica nem define ter seguido um estilo e os estilos de Santos Cunha e Manoel Dias são inteiramente opostos um do outro. Santos Cunha é totalmente operístico, empregando o recitativo e o *bel canto* virtuosístico em suas obras, com melodias de estilo italiano. Note-se que no “*Cum Sancto Spiritu*” da *Missa a 5 vozes*, ele antecipa o estilo de Paganini na maneira de empregar a melodia dos violinos. Manoel Dias é justamente o oposto de Santos Cunha; emprega a polifonia coral, sendo grande parte de sua obra composta para dois coros, num estilo próprio, severo, de grande conhecedor dos corais renascentistas, utilizando um contraponto constante até nas menores obras; e não é nenhum destes o estilo do Padre José Maria Xavier. Pode ter empregado melodia idêntica à de Santos Cunha, que cito como exemplo: Santos Cunha, *Kyrie da Missa Grande* — Padre José Maria Xavier, 1º *Responsório das Matinas da Conceição de Nossa Senhora* (Viegas, 1987, p. 60).

74

De forma geral, Edilson Rocha acaba expandindo a visão monumentalizada. Por um lado, reitera Antônio dos Santos Cunha como um músico de sólida formação e amadurecimento *versus* seus contemporâneos mineiros, fundamentando a possibilidade de uma formação adquirida no exterior ou na Corte do Rio de Janeiro. Por outro, propõe uma análise mais exaustiva de seu repertório, interpretando a trajetória artística de Cunha como uma transição entre o barroco e o classicismo/estilo galante. Nessa análise, reposiciona temporalmente a cronologia de suas obras, desde os *Responsórios* como obras mais antigas, devido aos designados traços barrocos, até às *Missas* mais tardias, pela marcante influência da ópera italiana e de Rossini (Rocha, 2005, p. 72, 2008, p. 55–56, 2009, p. 35, 2011b, p. 30, 2013, p. 282–283). Ao identificar a evocação da *Marselhesa* no *Cum Sancto* da *Missa Grande* como prova de composição pós-1792 (Rocha, 2005, p. 79–80, 2009, p. 35, 2013, p. 280–283, 2011b, p. 29), o *Leitmotiv* surge como concepção estética, defendendo a preocupação que Antônio dos Santos Cunha tinha em relação ao efeito dramático e a expressivi-

dade (retórica) em detrimento da clareza do texto religioso (Rocha, 2008, p. 54, 2009, p. 35, 2011a, p. 111, 2011b, p. 29). Seu mote torna-se claro: não obstante o apagamento das fontes, como o apontado desaparecimento da folha faltante no livro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo onde constaria estar ausente em Lisboa, a análise buscou identificar marcas distintivas na obra de Cunha, onde o estilo italiano e as citações melódicas fundamentam e fecham o ciclo do imaginário de sua trajetória (Rocha, 2005, p. 33, 2008, p. 53, 2009, p. 33).

Em uma analogia ao contexto colonial hispânico, David Irving (2010) analisou o discurso implícito como anomalia fruto da comparação com a realidade eurocêntrica, refletida no consequente recurso à extrapolação estilística. Neste quadro, podemos identificar também essa questão no receio de enfrentar ausências e silêncios como mecanismos defensivos contra a possibilidade de ser considerada uma música menor. Assim, seu olhar nos convida a revisitar essas permeadas descrições como resultado de circulação transatlântica de estilos, tratados, músicos e repertórios, fora dos quadros normativos de centros hegemônicos e das estéticas prevalentes como padrão idealizado, que naturalmente acabam por resultar como artificiais.

Consequentemente, as leituras e escutas do repertório de Antônio dos Santos Cunha nos remetem a reiteradas descrições musico-bibliográficas, ao seu intenso uso de procedimentos operísticos, ao predomínio de linhas vocais *cantabile*, ao protagonismo de instrumentos de sopro e à organização formal expansiva, colocando recorrentemente sua escrita em diálogo com tendências internacionais do final do século XVIII, especialmente entre uma tradição ítalo-galante e os primeiros indícios do pré-romantismo. Mas dialogando com a musicografia, este imaginário de suas obras nos permite compreender o compositor como produto de regimes de memória institucional e patrimonial, nos quais a música foi preservada por sua funcionalidade ritual e por sua capacidade de representar continuidade cultural. Sua biografia, por sua vez, foi progressivamente preterida à medida que deixou de ser necessária para a legitimação de seu repertório.

Tecendo uma biografia: trajetórias, deslocamentos e assimetrias documentais

O estudo da projeção do perfil de compositor e do *status* que consolida a trajetória de Antônio dos Santos Cunha parte da dispersão das fontes para tecer uma narrativa. Assim, embora os fragmentos estejam condicionados a ambiguidades interpretativas, esta construção biográfica buscou indícios diretos de sua presença pessoal e atuação profissional para refletir as condições sociais que permitiram a circulação de sua obra. Nesse sentido, o *corpus* documental — incluindo a cronologia dos dados — foi compilado e organizado diacronicamente em apêndice. Assim, a análise dessas fontes constitui o alicerce metodológico que fundamenta a abordagem sociofamiliar desta investigação.

Rede sociofamiliar e religiosa como estratégia de legitimação

76

Como recorrente na historiografia biográfica, a existência humana ocidental católico-romana se materializa documentalmente à volta de três indicadores: o nascimento e batismo, o casamento, quando este se concretiza, e o falecimento. O registro de matrimônio de Antônio dos Santos Cunha, celebrado em 1807 em Alenquer, Portugal, torna-se o eixo estruturante de análise e construção de sua trajetória e atuação. Casou-se com Helena Sofia Lassance (1791–1845), nome que permitiu o identificar no conjunto de homônimos, e declarou-se natural de Meia Ponte,⁸ dado que foi reiterado nos registros de seus filhos como marca identitária, posteriormente preterida pela mera indicação de Minas, seja Minas de Meia Ponte ou Minas Gerais. A data de falecimento, em 19 de novembro de 1830 no Rio de Janeiro, foi identificada, enquanto a data de nascimento ainda permanece incerta. Ao considerar que sua esposa, Helena Sofia Lassance, teria casado com Antônio dos Santos Cunha com dezesseis anos de idade, a hipótese aventada e difundida do nascimento que remete ao ano de 1775 (Rocha, 2009, p. 40) pode ser precoce se considerarmos o conjunto docu-

⁸ Correspondente à antiga Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atual município goiano de Pirenópolis.

mental na cronologia de sua vida adulta, padrões médios de nupcialidade e o contexto patriarcal luso-brasileiro. O foco em Antônio dos Santos Cunha ganha mais definição se considerarmos sua figura materna. A filiação de Angélica de Oliveira Rosa (fl. 1787–1836) e do homônimo Antônio dos Santos Cunha, natural do Rio de Janeiro, atribuído como alferes (1801) e posteriormente como sargento-mor (1809), marca um nascimento fora de um contexto matrimonial. Assumidamente solteira, proprietária com posses e detentora de significativa quantidade de escravizados declarados em seu testamento (1836), Angélica perdurou a seus filhos, determinando seus netos como herdeiros. Longe de constituir um caso excepcional, essa condição nos remete a um padrão amplamente documentado sobre a sociedade colonial brasileira, no qual uniões ou concubinato, embora não legitimadas, coexistiram como parte de um tecido social estamental (Bassanezi, 2010; Brügger, 2007).

A análise do testamento legado por sua mãe, onde indica Ana Francisca de São José e Antônio dos Santos Cunha como filhos naturais, marca uma distinção daqueles que na época eram registrados como legítimos. Mas se por um lado sua mãe assumiu seus filhos nesta condição e optou por não indicar o nome do pai, por outro, seu filho Antônio dos Santos Cunha buscou essa legitimidade, identificando o nome paterno em oito dos doze registros de batismo de seus filhos (1809, 1810, 1812, 1813, 1814, 1815, 1826). Em um estudo sobre a realidade dual do nascer natural ou legítimo e da condição social de concubinato, Manoela Araújo (2013) se centra na figura feminina de Angélica como um caso de análise. A biografia da mãe de Antônio dos Santos Cunha permite dar relevo a um pano de fundo contextual. Natural e batizada na Freguesia de Santa Luzia, Comarca de Sabará, a documentação a coloca como detentora de uma vida religiosa ativa e vinculada a associações religiosas de leigos são-joanenses — como as irmandades de São Miguel e Almas (1791), de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1809) e do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira de São Francisco de Assis indicados em seu testamento (1836). O silêncio das fontes nos afasta dos motivos de

sua ida de Sabará para a Capitania de Goiás, onde teve seus únicos dois filhos, e o posterior estabelecimento em São João del-Rei (1787), onde se assume permanecer solteira. A possibilidade de uma vida a três na sede da Comarca do Rio das Mortes é desestabilizada por um registro de venda de uma resma de papel para a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte por Antônio dos Santos Cunha em 1786 (Neves, 1997, p. 103). Este dado pode sugerir a permanência anterior do pai ou, prevendo a chegada um ano antes, um exercício de funções por um filho ainda jovem. A análise comparativa de datas aponta para precedência paterna.

A identificação de um Antônio dos Santos Cunha pai e um Antônio dos Santos Cunha filho levantam algumas ambiguidades. Se por um lado o pai demonstra um perfil ausente durante a transferência familiar de Angélica de Oliveira Rosa com seus dois filhos para São João del-Rei (c. 1786), por outro, foi possível constatar a indicação de dois registros documentais que especificam o homônimo na função de alferes: como representante de um padrinho em um batismo (1801) e na entrada para a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos⁹ (1802). A coincidência da suspensão dos registros documentais no ano de 1802 pode sugerir uma possível realocação militar do pai e um impulso formativo ou profissional para seu filho. Fato é que, a partir de então, Santos Cunha passou a identificar o nome e a patente militar de seu pai nos registros posteriores. A condição econômica de Angélica e, por extensão, de Antônio dos Santos Cunha, provavelmente oscilou face à instabilidade política do período colonial. Se, por um lado, o cumprimento das obrigações confraternais, exemplificado pelo pagamento da anuidade à Irmandade de São Miguel e Almas, lhe conferiu distinção e integração na hierarquia social de São João del-Rei, por outro,

78

⁹ A irmandade, de origem seiscentista e perfil aristocrático, exerceu papel central na governança eclesiástica de Minas Gerais, tendo como característica a exclusividade social de seus membros, até a reforma estatutária de 1826, quando democratizou o acesso à instituição. Em São João del-Rei, sua relevância materializa-se no patrocínio das Capelas dos Passos e na condução da Solenidade dos Passos, evento estruturante da identidade religiosa local (Pontes, 2008).

Data	Local	Irmandade	Vínculo	Referência
06 jan. 1796	São João del-Rei	Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos	Filiação	<i>Termos de entrada de irmãos</i> , 1791, f. 136v
1800	São João del-Rei	Ordem Terceira do Carmo	Anuidades	<i>Orquestra Lira Sanjoanense</i> , 1976, p. 1
17 fev. 1801	São João del-Rei	Bom Jesus dos Passos	Entrada como irmão	<i>Entrada de irmãos</i> , 1790, f. 6v-7r
1801	São João del-Rei	São Miguel e Almas	Venda de um livro	<i>Receitas e despesas</i> , 1787, f. 57r
1820	São João del-Rei	Bom Jesus dos Passos	Anuidade	<i>Receitas e despesas</i> , 1811, f. 37r
1820?– 1823?	São João del-Rei	Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte	Composição de uma novena	Neves, 2000, p. 99
01 out. 1827	Rio de Janeiro	Ordem de Cristo	Filiação	<i>Decreto Imperial</i> . Rio de Janeiro, 1827
19 nov. 1830	Rio de Janeiro	Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula	Sepultamento	Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. <i>Óbitos</i> , 1830, f. 18r.

Quadro 1. Relações entre Antônio dos Santos Cunha e as associações religiosas.

o seu inventário testamentário (1836–1840¹⁰) revela um cenário de endividamento. Esta documentação expõe um declínio financeiro nos anos finais de sua vida, após a morte dos filhos.

Gravemente enferma, Angélica faleceu em 1836, no mesmo ano em que redigiu as suas disposições de última vontade. O cumprimento do seu desejo de ser amortalhada com o hábito da Ordem Terceira de São Francisco não configurava apenas uma estratégia de salvação espiritual; repre-

¹⁰ Embora a data no testamento remeta ao ano de 1836, o processo de inventariação foi finalizado em 1840.

sentava, simultaneamente, a ratificação do seu prestígio social. Tal filiação evidencia a sua pertença a uma elite, dado que esta Ordem era um espaço de distinção reservado, prioritariamente, a brancos e membros da elite. Sua condição sem vínculo matrimonial ilustra a integração social da época em relação a mães solteiras e filhos naturais dentro das agremiações religiosas (Araújo, 2013). A convivência de décadas na mesma irmandade com mulheres casadas e mães de filhos legítimos demonstra, assim, o reconhecimento ou direito de pertencimento a essa esfera social. Seja herdado ou conquistado, as hipóteses nos remetem à vinculação endo ou exogâmica com o pai de seus filhos, à sua própria condição financeira ou a privilégios hereditários de grupos sociais superiores para pertencer à elite religiosa local. Neste panorama, este caso permite ilustrar em particular a moralidade colonial como fragmento, onde a busca pela salvação através das irmandades coexistiu com estruturas familiares que desafiavam as normas oficiais da Igreja.

80

Assim, tomando como elo esse pertencimento a uma esfera social superior, o que explicaria todo um contexto de acesso a relações estratégicas de poder, a linha diacrônica de fontes documentais evidencia a presença de Antônio dos Santos Cunha em São João del-Rei nos mesmos moldes. Seus registros nas agremiações religiosas — Bom Jesus dos Passos, Carmo e Rosário — revelam não apenas a religiosidade, mas as estratégias de pertencimento social (Quadro 1). Contudo, se por um lado as duas primeiras se alinhariam ao contexto materno dentro de uma inserção confrarial e construção de visibilidade, a adesão à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos destoa desse padrão.

Pertencer a uma esfera superior nessa trama social, à semelhança de outras realidades da colônia lusa, acompanhava facilmente a confluência de dois fatores: ser branco, ser português. Nesse sentido, a adesão de Antônio dos Santos Cunha à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em 1796, destaca explicitamente: 1) a condição de cor do compositor, 2) a demonstração de poder econômico no pagamento de uma túnica rica como entrada, 3) sua função de juiz de

Nossa Senhora dos Remédios ao lado de Bonifácia de Souza (forra/crioula) nesse mesmo ano, e 4) sua indicação como único registrado na condição de “branco” na listagem de seus membros (Santos, 2016, p. 69). Enfrentando questões sensíveis apontadas ainda à literatura musicológica, naturalmente cumpre reconhecer que Cunha enquadrava-se em uma posição de dominação, evidenciada por exemplo pela posse de escravizados por sua mãe:

[...] eu trabalhava no Acervo da ORB [Orquestra Ribeiro Bastos, São João del-Rei], pois estava pesquisando uma das Missas do compositor Antônio dos Santos Cunha. Recordo-me que a capa dura que envolvia a grade tinha anúncios classificados¹¹ ofertando objetos diversos e corpos negros escravizados, como amas-de-leite, “negras” para acompanhar ou para cozinhar, mucamas... todavia, consta [...] que as orquestras Ribeiro Bastos e Lyra Sanjoanense, “até hoje, [...] são conhecidas pelos seus simpáticos apelidos” (Rocha, 2009, p. 45)¹². Isso me fez perceber que as discussões e reflexões críticas sobre as questões raciais de alguma forma foram normalizadas — e discursivamente harmonizadas — pela literatura especializada, inclusive a musicológica. Mesmo que o autor da tese afirmasse que Santos Cunha não teria sido afrodescendente, é interessante refletir hoje como uma questão racial explícita como a desse recorte temporal que compartilhamos dentro do arquivo da ORB pôde ser tratada e referenciada como algo simpático. Uma explícita divisão racial, que remonta ao século XVIII, algo que acompanha diversos conflitos dentro de nossa sociedade até os dias atuais (Carmo, 2022, p. 16).

81

Se por um lado os privilégios da condição de cor são intrínsecos a essa realidade, esse período vivia em profunda tensão refletida no momento

¹¹ Entre os registros identificados por Edilson Rocha, destaca-se um anúncio de jornal utilizado como capa para uma de suas obras em que consta “Aluga-se uma preta que cozinha, lava e engoma: na Rua dos Ourives nº 134” (Rocha, 2009, p. 162).

¹² As designações indicadas por Edilson Rocha (2009) correspondem à atribuição da alcunha “coalhadas” para os músicos da Orquestra Ribeiro Bastos, estabelecida por volta de 1840, e “rapaduras” para os da Orquestra Lira Sanjoanense, fundada em 1776. Esses apelidos depreciativos foram utilizados sobretudo em um contexto de rivalidade entre os conjuntos musicais são-joanenses na segunda metade do século XIX (Coelho, 2014, p. 108–109) e refletiam aspectos raciais relacionados aos músicos de cada conjunto são-joanense (Neves, 1984, p. 10) ao atribuir aos músicos da Orquestra Ribeiro Bastos uma pele mais clara que os integrantes da Orquestra Lira Sanjoanense. Aluizio Viegas indicou, contudo, uma outra versão para a origem dessas designações: o termo “coalhada” estaria relacionado ao local em que Ribeiro Bastos ensaiava seu conjunto, próximo a uma fábrica de queijos, enquanto “rapaduras” surgiu para “dar o troco ao rival” (Galo, 1998, p. 13).

político que caminhava para um crescente questionamento dessas práticas normalizadas através de movimentos pré-abolicionistas. Relembrando, mesmo que tenham sido para cumprir com agendas de interesses múltiplos — como a tentativa de remediar a crescente degeneração física e moral, a aceitação de uma outra lógica da moderna sociedade de classes ou a subjacente institucionalização do preconceito racial —, estas estavam sendo materializadas nas leis pombalinas de 1761 e de 1773, que reverberaram fortemente em finais do setecentos. Neste conturbado contexto, e tentando não incorrer em qualquer inadvertida expressão de simpatia ou harmonização discursiva, as fontes demonstram um Antônio dos Santos Cunha favorável ao movimento de emancipação de escravizados.

82 Antônio dos Santos Cunha teve aparentemente dois escravos doados por sua mãe: “Joze Crioullo Official de Çapateiro de idade de dezoito annos, e Marianno Mofumbe da m[es]ma idade pouco mais ou menos” (1836). Designada no certificado de batismo de seu filho como Mariana Angola, a data sugere essa transação de Angélica após o retorno de seu filho, nora e netos a São João del-Rei (c. 1819). Firmado perante testemunhas, Santos Cunha declarou ser seu desejo libertar Juvêncio (1822), configurando-se um posicionamento público que poderia ter sido silenciado como tantas outras práticas normalizadas e institucionalizadas na sociedade de então. Nesse sentido, retomando assim as hipóteses da entrada deste compositor na Irmandade do Rosário, nos remete: 1) a uma data ainda próxima da sua chegada de Meia Ponte, cuja padroeira da paróquia corresponde ao nome homônimo da irmandade, 2) ao possível apoio às crescentes tendências abolicionistas e ideais anti-racistas, e 3) ao vínculo com os músicos pretos são-joanenses da qual teria, no mínimo, algum contato através dos escravos da família (ver Apêndice).

[...] a atribuição de cor aos músicos são-joanenses, com base no seu pertencimento às associações religiosas de leigos evidenciou a ocorrência de uma relativização dessa condição social. A documentação examinada revelou exemplos como o de Antônio dos Santos Cunha, identificado como “branco” e membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e de Francisco de Assis Fernandes Braziel, neto de escravizados, que ingressou e exerceu funções administrativas na Ordem Terceira

de Nossa Senhora do Carmo, instituição religiosa com restrições étnicas especificadas nos capítulos de seus compromissos. Embora alguns músicos tenham vínculos com a escravidão em suas trajetórias familiares, os registros analisados apontaram que a condição social dos músicos era muitas vezes negociada, dependendo da perspectiva de escrivães, juizes de mesa, entre outros agentes sociais, podendo ser usada como um mecanismo de poder (Pardini, 2025, p. 205).

Em suma, corroborando com a perspectiva de Felipe Novaes (2023), a trajetória de Antônio dos Santos Cunha demonstra que categorias como legitimidade e cor não operavam de forma absoluta. Ao contrário, eram constantemente negociadas em função de contextos específicos, como o pertencimento às associações religiosas de leigos, o patrimônio e as relações pessoais.

Música sem músico: pluralidade profissional e mobilidade atlântica

Um dos pontos mais enigmáticos ao tentar tecer a trajetória de Antônio dos Santos Cunha remete à combinada desarticulação entre uma infância evaporada, uma juventude socialmente pontuada em registros esparsos da sua vida sociorreligiosa, em contraste a um perfil marcante de compositor, cujo impacto permanece estabelecido.

Determinados alguns dos detalhes de sua vida inicial, e cujas referências vão-se compondo desde sua chegada a São João del-Rei até sua ausência nos anos pós-1802, restam-nos especulações possíveis sobre sua aprendizagem musical. Se não se nasce compositor, o ser compositor constrói-se sendo músico antes de fazer música. Mas se os registros não confirmam essa trajetória, o ser músico encobre uma formação que, adquirida ou resultante de estruturas, a vida musical da cidade permitiria. Dos vários caminhos possíveis, a prática estabelecida de uma rede de aprendizes relacionados a grupos musicais são aspectos documentados ou depreendidos pelas fontes de despesas (Pardini, 2025). Bastaria a regularidade do intenso quadro litúrgico e sua relação direta com a atividade das irmandades a que Antônio dos Santos Cunha se vinculava para fundamentar seu interesse pela escrita de obras sacras somente.

Um dos quadros que ilustram essa realidade local se reflete no inventário de bens do músico são-joanense Lourenço José Fernandes Braziel. Provavelmente mais vinculado aos agrupamentos musicais efêmeros existentes na cidade, Aluizio Viegas narra o lugar dos aprendizes nessa esfera laboral, que incluía crianças na estrutura e produção musical (Viegas, 2006, p. 260). Assim, se de algum modo a formação desses aprendizes era assegurada e integrada na sua atuação e participação nas atividades musicais, retroalimentando suas demandas, da mesma forma impulsionavam a expansão e reprodução dessas práticas de ensino em outras localidades (Lange, 1966, p. 43). Um dos casos mais detalhados remete ao músico João Leocádio do Nascimento que, em troca da sua formação musical, retribuíria como criado. Nesse processo, a tendência frequentemente iniciava com a aprendizagem pela voz (*tiple*), geralmente não identificado nominalmente nos registros, para posteriormente passar para o aprendizado instrumental e assim conquistar o direito ao registro documental de seu nome como músico.

84

[...] Como proprietário de acervo de música e instrumentos musicais, Lourenço era o diretor do grupo musical responsável pelos contratos e, como era costume em sua época, deveria prover o seu grupo musical dos cantores e instrumentistas necessários para fazer a “música” que ele oferecia às entidades religiosas. Além de seus três filhos, Joaquim Bonifácio, Antônio da Trindade e Francisco de Assis, que aprenderam música com ele, houve diversos outros aprendizes vindos de diversas localidades próximas e que posteriormente retornaram aos lugares de origem.

Um desses aprendizes, João Leocádio do Nascimento, mulato, natural do arraial de Nazareth, pertencente a São João del-Rei (hoje cidade de Nazareno). João Leocádio, ainda menino, foi entregue por seus pais a Lourenço Braziel, para ser por ele educado e aprender a profissão de músico. Com isso, passou a residir na casa de Lourenço, situada na Rua de São Francisco (atual Dr. Balbino da Cunha). Como pagamento, João Leocádio, servia como criado da casa e cantando inicialmente como tiple e depois como instrumentista. Parte do que lhe tocava nos contratos musicais era entregue ao mestre Lourenço, para ressarcir os gastos com sua manutenção, como alimentos, roupas etc. (Viegas, 2006, p. 260).

O problema das analogias, contudo, nos remetem à sensível questão abordada anteriormente: a flagrante estratificação social que permitia às classes

desfavorecidas se capacitarem para o ofício ou profissão de músico, mas distanciava os privilegiados e mais favorecidos a assumirem tal função. Maestro poderia ser um título adquirido, mas compositor *não* era dado como profissão, era um *status* conquistado. Como abordado por algumas das referências (Dias, 2002, p. 154) que acabaram por destacar a integração e predominância de músicos mulatos ou negros em São João del-Rei, “É possível que esse estado permanente de vigilância, em conjunto com as asperezas da vida na mineração e com a distância da corte, tenha contribuído para que a elite branca local se distanciasse da prática musical, considerada trabalho braçal” (Rocha, 2009, p. 41).

Não obstante a possibilidade de Antônio dos Santos Cunha ter iniciado como aprendiz em grupos musicais locais, cuja idade ou participação não precisaria ser documentada, a sua invisibilidade pode ser também compreendida nessa estrutura cultural, cujos registros como contratos, naturalmente não o considerariam. Nesta hipótese do jovem recém chegado de Goiás se integrar como herdeiro dessa intensa prática musical, da qual são identificados sete agrupamentos musicais em São João del-Rei (Pardini, 2025), e deles ter bebido sua formação inicial pode se aliar a sua confirmada vinculação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Neste quadro, a sua integração se daria menos como “músico de ofício” e mais como sujeito estrategicamente inserido em redes confrariais, onde religiosidade, *status* e sociabilidade se articulavam. O silêncio nos pagamentos musicais pode então ser interpretado não como ausência de sua prática musical, mas como indicativo de regimes informais de produção e circulação.

A ausência documental são-joanense a partir de 1802 nos direciona para o período de estabelecimento de Antônio dos Santos Cunha em Portugal. Seu registro de casamento com Helena Sofia Lassance na Igreja de São Pedro da vila portuguesa de Alenquer (1807), constitui talvez o marco informacional mais determinante, em que os laços de filiação paterna e materna são identificados. Considerando o casamento fortemente vinculado à luz de estratégias de consolidação de estruturas e redes de socia-

bilidade, essa preocupação se reflete na indicação de filho natural para legítimo e no detalhamento da progressão militar de seu pai de alferes (1801) para a sargento-mor no assento de nascimento de sua primeira filha (1809). Nessa perspectiva, considerando Antônio dos Santos Cunha distanciado de sua estrutura sociofamiliar de origem, uma análise da proveniência familiar de Helena nos remete aos pais de sua esposa. Charles Lassance (1746?–1794?) surge como proveniente dos Países Baixos — provavelmente da cidade de Roermond, província de Limburgo¹³ —, que se por um lado fica na região fronteiriça da Alemanha, por outro, foi uma das cidades ocupadas pela dominação napoleônica (1795–1814). Esse detalhe nos ajuda a entender a identificação como alemão nos primeiros assentos de batismo (1809 e 1810) e posteriormente como francês (entre 1813 e 1814), fruto da prudência de Santos Cunha em assumir raízes familiares francesas em tempos conturbados politicamente, como em plena guerra peninsular. Entretanto, Félix José Leal Arnaut¹⁴ (1747?–?), proeminente intelectual de Alenquer e casado com sua sogra Cecília Augusta da Silva Arnaut (1769?–?), natural de Alcobaça, figura como testemunha em seu casamento. Nessa nova composição sociofamiliar, seu então sogro se destaca por ter desempenhado a função de secretário da Real Comissão Geral do Exame e Censura de Livros.¹⁵

¹³ Informações cruzadas com registros referentes a Charles Lassance, conforme registros públicos das atas de magistrado: “Handelingen Magistraat Roermond 1696–1796, blz. 164 de 27–06–1760”. Provavelmente filho de Charles Lassance, se considerarmos o registro de 2 de setembro de 1746. Decreto de Maria Teresa para uma grande revisão em um processo entre Gerard Gooien, de um lado, e a viúva de Jan Collaer e seu segundo marido Charles Lassance, de outro, referente à construção de fortificações (Nederlandse Regering, 1903, p. 405). Foram encontrados também outros registros anteriores, como 1º de fevereiro de 1738 (Berkvens, 1992, p. 211).

¹⁴ Felix José Leal Arnaut e Cecília Augusta da Silva se casaram na Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia da Vila de Belas, em 19 de julho de 1794. Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia. *Casamentos*. Vila de Belas, 1771, f. 94r. Lisboa, Arquivo da Nacional da Torre do Tombo, liv. C4, cx. 11, código PT/TT/PRQ/PSNT04/002/C4, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/48b4f1f380804e54b32e6eca31aae2c4?isRepresentation=false&selectedFile=27850798&fileType=IMAGE>.

¹⁵ Conforme consta o “Ofício de Félix José Leal Arnaut, secretário da Real Comissão

Assim, a partir do casamento de Antônio e Helena, os sucessivos nascimentos de seus filhos permitiram acompanhar todo um percurso familiar geográfico e, em particular, de sua rede de sociabilidade na elite aristocrática, pública administrativa e militar atestadas por ilustres e estratégicos convites para padrinhos de seus filhos. Nessa lista, destaca-se em 1809 o doutor Antônio de Seabra da Mota e Silva (1763–1834)¹⁶; em 1810 da linhagem aristocrática, o capitão-mor João Carlos d'Oliveira Pimentel e sua esposa¹⁷, em 1812 e 1814 o então administrador geral das Munições de Boca da Província de Chaves, Francisco Luiz Ferreira; em 1813 e 1814, o reverendo desembargador vigário geral da comarca Antônio dos Santos Leal; em 1815 Manoel Paulino, possivelmente descendente da linhagem dos Pimentéis; em 1818 o ex-director da Real Fábrica do Papel de Alenquer Francisco Antônio dos Santos,¹⁸ prosseguindo no Brasil com o convite em 1821 ao desembargador do Paço Imperial Pedro Alves Dinis, figura de destaque em um quadro de mudanças políticas, sobretudo asso-

Geral sobre o Exame e Censura de Livros, acerca das condições para o envio de livros para impressão” (19 out. 1791), disponível em: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/descriptions/5306>.

¹⁶ Padrinho juntamente com sua filha Ana Felícia Seabra como madrinha, e representado em procuração por seu filho homônimo. Os registros designam o padrinho como varão, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, alternando a função de ouvidor na Vila do Príncipe, província de Minas Gerais, Brasil e posteriormente corregedor da comarca de Moncorvo (Torres, 1909, p. 772).

¹⁷ Casado com Violante Engrácia da Silva, associados à posse do Solar ou Palácio dos Pimentéis conhecido como a Casa Grande de Mogadouro, situado no distrito de Bragança que integra “a sala da música com tecto de estuque octogonal, assente sobre trompas, tendo cada um dos panos, medalhão circular, com motivos alusivos às quatro estações, intercalados por cenas marítimo-fluviais, tendo nos cantos motivos musicais e ao centro decoração vegetalista” (Direção-Geral de Patrimônio Cultural, 2016).

¹⁸ Francisco Antônio dos Santos, ex-director da Real Fábrica do Papel de Alenquer, relativo a despesas feitas com os edifícios e máquinas da Real Fábrica, quando esta foi estabelecida por Decreto de 15 de julho de 1802. Divisão Militar. Requerimento de Francisco Antônio dos Santos, ex-director da Real Fábrica do Papel de Alenquer, relativo a despesas feitas com os edifícios e máquinas da Real Fábrica, quando esta foi estabelecida por Decreto em 15 de julho de 1802. Lisboa, 1818, 2 f. Lisboa, Arquivo Histórico Militar, código PT/AHM/DIV/3/13/20/22, disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=82141>.

ciadas ao contexto da Independência¹⁹; e em 1826 ao brigadeiro comissário geral Albino Gomes Guerra de Aguiar, militar do Rio de Janeiro (Aguiar, 1824, p. 1).

Longe de exaurir todo um contexto político militar conturbado da metrópole em inícios do século XIX — cenário imediatamente anterior à provável chegada de Antônio dos Santos Cunha em Portugal, como a Guerra das Laranjas (1801) contra Espanha, as vivenciadas invasões napoleônicas (1807–1810) que comprometeram a independência da nação lusitana e que provocaram a estratégica transferência da Corte para o Rio de Janeiro (1808), e cujos frutos incluem o combate de Alenquer em outubro de 1810²⁰ e as sucessivas revoltas que eclodiram na Revolução Liberal do Porto (1820) —, essas convulsões sugerem ser fatores de uma confluência para a mudança de residência para Lisboa (dezembro de 1818) antes do retorno de Santos Cunha e sua família para a sede da Coroa (março de 1819).²¹ Neste recorte temporal em terras lusas (1802–1819), a estabelecida inserção social demonstrava um compositor que transitava tanto nas esferas público-administrativas, quanto militar ou aristocrática. Seja porque seu pai fosse militar, natural do Rio de Janeiro, seja porque estava estrategicamente inserido em algum nível da elite social, a probabilidade de ter servido nos quadros públicos da metrópole se consolida nos sucessivos deslocamentos geográficos internos: Moncorvo (1809–1810), Chaves (1812–1813), Bragança (1814–1815), Alenquer (1818–1819), seguindo-se o retorno da família para o Brasil (1819).

88

¹⁹ Informação obtida resultante do “Decreto de 05 de junho de 1821, pelo qual o desembargador do Paço Pedro Alves Dinis foi mencionado como ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros (*Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas [...]*). Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, terceiro tomo [1819–1822], p. 179, 196)” (Rechdan, 2016, p. 30).

²⁰ Para consulta do mapa, ver https://autarcasmonarquicos.com/wp-content/uploads/2022/10/img_8968.jpg.

²¹ Para mais informações, ver Cardoso (2004).

Período	Cargo
1807?–1819	1º Oficial Revisor de Contas do Departamento de Víveres de Trás-os-Montes, ou, como indicado na aprovação, Primeiro Escriturário da Contadoria do Departamento do Comissariado na Província de Trás-os-Montes
1821–1829	Escrivão da Fábrica da Pólvora do Arsenal do Exército
1827–1830	Encarregado da Contabilidade da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Quadro 2. Cargos administrativos públicos exercidos por Antônio dos Santos Cunha.

Nesta conjuntura geopolítica, o período imediatamente anterior ao seu casamento (c. 1802–1807) podem depreender um deslocamento por motivos militares, característico de esferas sociais da elite, da mesma forma que o consolidar-se como compositor na década de 1820 prevê um período de íntima e muito provavelmente ininterrupta relação musical anterior. Nessa hipótese, sua partida para Portugal coincide com o Decreto de D. João VI de 20 de agosto de 1802, que oficializou o pagamento dos músicos e aquisição de instrumentos para as bandas da infantaria portuguesa nos regimentos da Corte e províncias (Binder, 2006, p. 121 e 202). Nesse mesmo período, a criação da Guarda Real da Polícia de Lisboa (1801) e consequente vinculação da mesma ao Exército como tropa de linha, passou a seguir os parâmetros referentes à música e respectiva contratação de músicos estabelecida em 1802 (Correia, 2006, p. 30).

A fidelidade à Coroa Portuguesa constituía o cerne da carreira militar no Antigo Regime. Sem aprofundar a análise da organização militar, cabe ressaltar que o estatuto dos aprendizes músicos na metrópole — envolvendo formação e vencimentos — é um tema consolidado na literatura musicológica (Correia, 2006). Embora a progressão nessa via dependesse de serviços prestados ao monarca e de deslocamentos geográficos pelo Império, a ausência de um posto militar no percurso de Antônio dos Santos Cunha (em contraste com o perfil de seu pai) permite inferir a não vincu-

lação à esfera militar. Este fato não exclui, contudo, um possível acesso às redes musicais que eram inerentes a essas estruturas de poder.

Se, por um lado, os motivos para o deslocamento de Antônio dos Santos Cunha para Lisboa permanecem no campo das conjecturas, o retorno ao Brasil, por outro, permitiu identificar uma informação crucial sobre sua atuação profissional em Portugal. Em 1819, Antônio dos Santos Cunha exercia o cargo de primeiro oficial revisor de contas do Departamento de Víveres de Trás-os-Montes. Este dado não só oferece uma nova lente sobre a sua atuação no Norte de Portugal, como estabelece uma coerência documental com os registos profissionais aferidos após o seu retorno à colônia. Em consequência, descortina-se um novo horizonte interpretativo sobre as motivações da sua deslocação para o território metropolitano, as quais estariam, presumivelmente, associadas à sua especialização administrativa (Quadro 2). Sob este prisma analítico, o exame das funções exercidas viabiliza a observação de variáveis fundamentais: a motivação, a formação técnica, a especialidade profissional, o estatuto de sociabilidade e a sua intersecção informal com o universo musical.

90

A escolha do cargo pode ganhar respaldo na figura e na possível influência de seu cunhado José Tomás de Aquino, que então se destacava na estrutura social de São João del-Rei como tesoureiro da Irmandade de Bom Jesus dos Passos (1795).²² No plano geopolítico, D. João promoveu um conjunto de reformas estruturais que consolidaram o seu período enquanto Príncipe Regente (1799). A regularização das bandas militares, inseriu-se num projeto mais amplo de modernização que abrangia o fomento comercial, a segurança pública e o desenvolvimento artístico, científico e industrial, materializado na criação do Banco do Brasil, da Imprensa Régia e do primeiro Curso de Medicina. Neste cenário de profissionalização do aparato estatal, a formação contábil-financeira de Antônio dos Santos Cunha pode estar relacionada à Aula de Comércio, institui-

²² Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Receitas e despesas. São João del-Rei, 1789, f. 35v-36r. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, sem código.

ção que, embora de matriz pombalina (1759), era o pilar do ensino técnico-administrativo da época. Se tomarmos como referência o período em que chegou a Lisboa, a possibilidade de ter estudado na Aula de Comércio do Porto adiaria sua formação para depois do ano de sua fundação em 1803.²³ Algo que o deslocamento geográfico, os atritos regionalistas e a residência atestada no distrito de Lisboa talvez tornasse essa tarefa improvável. Por outro lado, a possibilidade de uma formação formal anterior também se fragiliza, dado que a instituição correspondente no Rio de Janeiro iniciou suas atividades apenas em 1809.

Considerando as funções exercidas como oficial, encarregado de contas, escrivão ou mesmo guarda-livros, infere-se que Antônio dos Santos Cunha obteve acesso a uma formação específica, ainda restrita a certas esferas sociais. Mas, se por um lado, encontramos informação nessa época que nos remete à figura de escrivães militares que atuavam muitas vezes como secretários ou tesoureiros nas unidades e cujas funções eram consideradas determinantes na estrutura administrativa do Exército, por outro, muitos desses mesmos cargos eram providos por escriturários dos órgãos públicos qualificados. Neste caso, a estrutura de ensino estabelecida para essa função convergia para o perfil de indivíduos que reivindicavam a exclusividade de desempenhar essas funções. O privilégio dos designados “aulistas” nas fontes documentais se fundamentava pela referência à Lei de 30 de agosto de 1770, que determinava que somente os graduados pela Aula do Comércio poderiam ser recrutados para essas funções (Almeida et al., 2022; Guimarães, 2009, p. 3.220–3.221).

A possibilidade de Antônio dos Santos Cunha ter estudado em Lisboa logo após ter chegado em Portugal, se casado e, na sequência, assumido o cargo de oficial revisor de contas do Departamento de Víveres de Trás-os-Montes, entra em sintonia com seu percurso territorial nortenho. Contudo, a solicitação do passaporte para um ano de licença na Corte do

91

²³ Portugal. Alvará de Sua Alteza Real a mandar instituir na cidade do Porto aulas de Matemática, de Comércio, Línguas Inglesa e Francesa. Lisboa, 1803, 2 f. Porto, Arquivo Municipal do Porto, código PT-CMP-AM/COL/GSV/4523/A.PRI.28GS.175, disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/1029046/>.

Rio de Janeiro (1819), deixa antever um resultado marcado por perdas. Sob a pressão das convulsões políticas numa conjuntura de profunda instabilidade e perante uma delicada situação familiar, Santos Cunha e Helena Sofia Lassance solicitaram uma autorização de viagem para apenas cinco dos seus dez filhos menores. A ausência dos demais no registo oficial sugere o falecimento dos restantes, evidenciando as perdas sofridas pela família durante este período.²⁴

Após o retorno de Antônio dos Santos Cunha ao Brasil, suas funções de contabilidade reverberaram em cargos estáveis da administração imperial, como escrivão da Real Fábrica de Pólvora (1821-1829) e encarregado da contabilidade da Câmara do Rio de Janeiro (1827-1830). O eixo profissional se assume na sua vinculação militar a um órgão público administrativo na função de “Encarregado de toda a Escripuração pertencente aquella Fabrica [de Pólvora] da Lagoa [Rodrigo] de Freitas” (1822). Um desalinhamento nesta sua função é contraposta pela convocação pública de Antônio dos Santos Cunha como lotado na 4ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Cívica do Rio de Janeiro em 1823, o que viria a tornar-se um manifesto massivo de apoio à Independência do Brasil:

Logo que chegou a esta Capital a noticia de que Portugal, em menoscabo dos direitos de igualdade e liberdade civil para este Reino do Brazil, proclamados tão solemnemente no art. 21 das Bases, projecta aggredir, e pela força tornar este innocente e brioso Povo do Brazil ao abjecto antigo estado de Colonia, patenteou-se a publica indignação, e os habitantes desta Provincia, animados do justo sentimento de sua honra e pundonor offendido, correram a alistar-se voluntariamente para a defeza de sua Patria, e de seus inauferiveis direitos; pedindo-Me, que Houvesse por bem, de Approvar o incluso plano, que á Minha Augusta Presença dirigiram, para a organização de um Corpo composto das classes dos mais distinctos Cidadãos, com a denominação de — Guarda Civica: — Eu, que a nada mais attento senão á prosperidade, Independencia e liberdade Constitucional deste Imperio, cujos interesses espontaneamente Jurei defender, sensível a tão repetidas provas de patriotismo, fidelidade e valor; Hei por bem, Approvando o referido plano, Mandar crear nesta Capital uma Guarda Civica,

²⁴ Dado que são conhecidas referências posteriores das atividades dos filhos de Antônio dos Santos Cunha nascidos em Portugal, foi possível inferir que os cinco filhos menores mencionados na solicitação se referem a Guilherme Carlos, Ernesto Antônio, Antônio Ernesto, Herculano Augusto e Cecília Augusta.

cuja duração penderá das circunstancias que lhe deram origem, e que será regulada segundo os principios indicados no dito plano, que deverá ser logo posto em execução. Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra interino, o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos e ordens necessarias. Paço em 25 de Setembro de 1822.

Com a rubrica de S[ua] A[lteza] R[eal] o Principe Regente (Câmara dos Deputados, 1887, p. 50-51).

Após o Decreto de 25 de setembro de 1822, o posicionamento político de Antônio dos Santos Cunha se consolidou em apoio a D. Pedro I, entre vários outros gestos demonstrados de proximidade: tanto na breve visita do Imperador a São João del-Rei (1822), como no apoio para erigir uma estátua em sua homenagem, além da sua única dedicatória (ver Apêndice) da *Missa e Credo a cinco vozes*, composta entre janeiro de 1822 e maio de 1823 — obra cuja interpretação, sob batuta de José Maurício Nunes Garcia, foi considerada para a cerimônia da quarta sessão da Assembleia Geral do Império (1823).²⁵ Não obstante os motivos que levaram essa obra a ser substituída por uma outra nesse dia, alegando a dimensão e nível de complexidade para o tempo de preparação da cerimônia, o mérito e apoio como compositor seria do conhecimento do Imperador e dos círculos eruditos. O processo de envolvimento do compositor no apoio, organização e gestão financeira para erigir uma estátua equestre em bronze da figura de D. Pedro I²⁶ demonstra a continuidade do vínculo com a cidade mineira de São João del-Rei. Essa reaproximação ocorreu imediatamente após o retorno ao Brasil em 1819, seguida pela fixação definitiva no Rio de Janeiro, embora os registros disponíveis indiquem o trânsito recorrente entre essas duas cidades.

A licença de um ano foi passada junto de sua família, nomeadamente em proximidade com sua mãe, Angélica de Oliveira Rosa. Durante esse

93

²⁵ A cópia manuscrita permanece no Acervo Musical do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro (CRI-SM82, Cx. 82), antigo Arquivo da Capela Imperial (Sinzig, 1976, p. 57).

²⁶ Processo que se iniciou no ano de 1825, efetuou-se o respectivo pagamento por volta de 1826, mas viria a ser concluído somente em 1862 com a inauguração da estátua.

período, Antônio dos Santos Cunha não tardou em restabelecer seu contato com as irmandades locais e retomar sua rede de sociabilidade, provavelmente em uma situação de maior projeção social e musical: os pagamentos são regularizados, como a anuidade na Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (1820); o batismo de seu filho Pedro é registrado na igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei (1821), os laços familiares são reforçados, como a indicação desses como padrinhos de seus últimos dois filhos; a sua integração social é retomada, como a participação na construção de um chafariz público no largo de São Francisco (1822), hoje inexistente, ou dos vínculos pessoais estratégicos de apadrinhamento; e sua projeção musical como compositor é estabelecida, dado que parte de suas obras foram continuamente interpretadas no seio são-joanense.

A permanência de Antônio dos Santos Cunha em São João del-Rei, contudo, foi aparentemente curta. Poucos meses após a visita de D. Pedro I à cidade (1822), os registros de sua atividade na localidade cessaram em definitivo, salvo a referência como intermediador no pagamento para erigir a estátua do Imperador (1826). Em paralelo ao aumento significativo de menções na então capital do Império sobre sua atuação profissional e a projeção de seus familiares diretos, nomeadamente de seus filhos,²⁷ é em

²⁷ Dos filhos Lassance e Cunha sobreviventes, a maioria seguiu a carreira da Marinha (Boiteux, 1940) ou ocupou cargos de destaque: Guilherme Carlos (1810–1868), trilhou extensa carreira militar na marinha, formado na Academia da Marinha no Rio de Janeiro (1827), capitão tenente, de fragata, de mar e guerra, atuou como inspetor do Arsenal da Marinha da Bahia. Casou com Carolina Amália Crista d'Ouro em 1835; Ernesto Antônio (1814–1865), oficial graduado pela Academia da Marinha, faleceu em Pelotas; Antônio Ernesto (1814–1885), oficial graduado pela Academia da Marinha, casou com Raimunda Francisca (1843) no Rio de Janeiro; Herculano Augusto (1815–1868), oficial graduado pela Academia da Marinha, seguiu carreira de medicina, autor da referenciada tese sobre a prostituição no Rio de Janeiro (Cunha, 1845). Casou-se com Delfina Alves Pereira (1853) no Rio de Janeiro; Pedro Bráulio (1821–1881), seguiu carreira militar como tenente, capitão, 1º comandante da Companhia dos Guardas da Alfândega do Rio de Janeiro (1868) e capitão chefe do almoxarifado da Repartição da Casa Imperial (1879). Casou com Maria Leonor Pontes (1854); Francisco Carlos (1830–?), tenente, graduou-se bacharel em ciências físicas e matemáticas (1856), foi para Porto Alegre (1863).

terras são-joanenses que sua marca como compositor foi mais expressiva e perpetuada. O auge de sua carreira indicia ocorrer nos últimos anos de sua vida, quando Antônio dos Santos Cunha conquistou a distinção da Ordem de Cristo (1827), organização honorífica cujo *status* de hábito remetia tanto a uma seleção privilegiada de serviço à Coroa como excludente de outras realidades religiosas, morais e étnicas. Simultaneamente, passou a desempenhar na esfera administrativa central, a função de encarregado da contabilidade da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Rossato, 2007, p. 138–139). Não se encontraram registros da possível desvinculação à sua função na Fábrica de Pólvora, que entretanto passava por vários desafios referentes à segurança laboral que documenta sucessivas explosões e seu encerramento em 1834. O motivo de sua morte, ocorrida em 1830, permanece encoberto. Coincidentemente, uma semana após seu falecimento, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro formalizou a função de encarregado da contabilidade em 27 de novembro de 1830,²⁸ correspondente à função que ele exercia até então:

Resoluções da Assembléia Legislativa. Recurso, ex-officio de sentença de morte. Queixa contra Magistrado. Pedido de graça.

Aos vinte e sete do mês de novembro de mil oitocentos e trinta no Imperial Paço da Cidade na Presença de Sua Majestade o Imperador, reunidos os Conselheiros de Estado Marqueses de Inhambupe, de Baependi, de Caravelas, de Paranaguá, de Maricá, de Barbacena, e Conde de Lajes, lida e aprovada a Ata antecedente, compareceu o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antônio da Silva Maia, e por ele foram apresentadas as seguintes Resoluções da

²⁸ A decisão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro se consolidou no Decreto de 4 de dezembro de 1830: “Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa: / Art. 1º. Fica aprovado o emprego de Encarregado da contabilidade da Camara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. / Art. 2º. Este empregado é da livre nomeação da Camara, e amovível a seu arbitrio, e vencerá uma gratificação, que por ella será arbitrada annualmente. / Art. 3º. Ficam revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario. / José Antonio da Silva Maya, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Imperio. / Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial” (Câmara dos Deputados, 1876, p. 70).

Assembléia Legislativa para obterem a Imperial Sanção: 1ª pela qual foi aprovado o emprego de Encarregado da Contabilidade da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro [...] (Conselho de Estado, 1823, p. 88).

Antônio dos Santos Cunha foi enterrado na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Sé do Rio de Janeiro com o hábito da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, que remete a uma abnegação e profundidade religiosa mais importante que a distinção social atingida três anos antes. O endereço profissional e de residência familiar no Rio de Janeiro remetem a dois logradouros centrais: a Rua dos Ferradores (atual Rua Gonçalves Dias) onde veio a falecer, e a Rua da Alfândega, tão diretamente invocada para se referir à intensa atividade musical entre finais do século XVIII e inícios do XIX (Budasz, 2008, p. 33; Trilha, 2024). Sua esposa, Helena Sofia Lassance, permaneceu na capital do Império, na Rua da Alfândega nº 341, até o ano de sua morte (1845), encerrando esse capítulo de sua biografia.

Considerações finais

Ao refletir a importância do conhecimento detalhado dos territórios para o bom governo, Custódio José Gomes de Vilas Boas afirmava que “para discutir os meios de adiantar a cultura geral, a indústria, e o comércio, mal se governa o país que se não conhece” (apud Moreira, 2020, p. 12). Essa observação, formulada no contexto da administração luso-portuguesa do Antigo Regime tardio, oferece uma chave interpretativa para o presente estudo: compreender trajetórias musicais exige, igualmente, uma cartografia elaborada dos espaços, das instituições e das relações que estruturam a circulação de indivíduos e práticas culturais. A reconstrução da trajetória de Antônio dos Santos Cunha, tal como proposta neste artigo, parte precisamente dessa premissa: não se trata apenas de localizar um compositor no tempo, mas de mapear os territórios sociais, políticos e simbólicos que tornaram possível sua atuação e a permanência de sua obra.

A construção de uma cartografia crítica em torno de Antônio dos Santos Cunha — revisitando o imaginário musicológico consolidado — permite compreendê-lo como um agente profundamente imerso nas transforma-

ções geopolíticas do seu tempo. A etapa portuguesa de sua vida (c. 1802–1819), que pode ser entendida como lacuna biográfica ou como período de afastamento da prática musical, revela-se, à luz da documentação administrativa e do contexto histórico, fundamental para a compreensão de sua identidade múltipla. Seu exercício como oficial revisor de contas do Departamento de Víveres o insere no cerne das engrenagens burocráticas do Estado luso em um período marcado por conflitos armados, deslocamentos populacionais e instabilidade política, particularmente nas regiões fronteiriças do norte de Portugal, como Trás-os-Montes, diretamente afetadas pelas tensões decorrentes do cenário pós-revolucionário francês e das guerras napoleônicas.

Essa inserção administrativa, contudo, não se restringe à interpretação de um abandono da identidade musical. Ao contrário, os estudos sobre músicos itinerantes do Antigo Regime tardio demonstram que trajetórias híbridas, marcadas pela alternância entre atividades musicais, administrativas e militares eram recorrentes, sobretudo entre indivíduos sem uma condição aristocrática determinada. Nesse sentido, a atual ausência de registros musicais explícitos de Antônio dos Santos Cunha em Portugal não condiciona uma ruptura com a prática musical, mas aponta para a fluidez entre esferas profissionais e a existência de contextos formativos informais, amplamente disseminados na vida musical lisboeta, baseados em redes privadas de mestres, músicos e práticas de sociabilidade não institucionalizadas (Fernandes, 2010).²⁹ Em um cenário contextual, atestado por uma extensa rede de músicos e uma estrutura musical consolidada, da qual podemos incluir Marcos de Portugal (Cranmer, 2013 e 2016), que então ainda permanecia em Lisboa, seria provável um acesso amplo de Santos Cunha a uma formação musical intensa antes de sua partida para Trás-os-Montes.

A linha do tempo construída nesta pesquisa (ver Apêndice) aponta para uma convergência significativa durante o período joanino: enquanto

²⁹ Agradecemos à musicóloga Cristina Fernandes que generosamente nos auxiliou na pesquisa e reflexão referente à possibilidade de Antônio dos Santos Cunha ter estudado em Lisboa.

sua música provavelmente continuou a circular em espaços litúrgicos — ainda que de modo pouco documentado —, Antônio dos Santos Cunha acumulava capital social por meio de vínculos associativos e institucionais, sem deixar rastros claros de remuneração musical direta. Tal dissociação entre circulação do repertório e documentação profissional desafia modelos lineares de historiografia musicológica, frequentemente ancorados na expectativa de uma atuação exclusiva, contínua e formalmente reconhecida como “musical”. O problema da construção de histórias da música geograficamente localizadas torna-se particularmente evidente nesse caso. A motivação pela construção desta biografia permite refletir o perfil idealizado de “músico” na musicologia de abordagem histórica: alguém que estudou música de forma sistemática, exerceu exclusivamente essa atividade, produziu obras e legou um repertório reconhecível. A trajetória de Antônio dos Santos Cunha não confirma essa expectativa — e justamente por isso revela-se historicamente significativa. Tudo indica que seu processo formativo ocorreu de maneira informal, integrado a contextos sociais que lhe permitiram adquirir competências suficientes para produzir e legar um repertório duradouro, ainda que sua identidade profissional não se enquadrasse nos modelos canônicos herdados pela historiografia.

Nesse quadro, a questão das classificações sociais assume um papel central. O fato de Antônio dos Santos Cunha ser identificado como homem branco e aceito em associações com restrições étnicas pode ser aprofundado como resultado de negociações simbólicas complexas, mediadas por interesses institucionais, *status* econômico, reputação moral e redes de influência. Sua inserção em determinadas irmandades e confrarias reflete, assim, estratégias de legitimação social em um contexto no qual a identidade era constantemente negociada e redefinida (Novaes, 2023).

A dimensão familiar acrescenta outra camada de complexidade a essa construção identitária. A figura do homônimo pai de Antônio dos Santos Cunha permanece evasiva nas fontes: ora materializada em registros dispersos, ora gerando a suspeita de uma construção retrospectiva destinada a conferir legitimidade social ao filho. A hipótese de uma distinção

pouco nítida — ou mesmo de uma invenção simbólica dessa figura paterna — não deve ainda ser descartada, mas interpretada como parte de estratégias de poder e reconhecimento social, comuns e esperados em sociedades nas quais a continuidade do nome e da reputação familiar desempenhavam um papel central.

A reconstrução genealógica e sociofamiliar aponta para uma sólida formação erudita e profissional de seus descendentes. Essa rede permite compreender os circuitos de circulação cultural e social que sustentaram a memória do compositor mesmo após sua morte, contribuindo tanto para a preservação de sua obra quanto para a tentativa de narrativas biográficas. A própria persistência de suas composições, atestada por cópias existentes em inventários da década de 1830 (Viegas, 2006), indica que sua música se articulou a redes institucionais sólidas, independentes de sua presença física ou de contratos formais de vínculo profissional com música. Os últimos atos documentados de Antônio dos Santos Cunha em São João del-Rei reforçam sua caracterização como agente social consciente das transformações políticas em curso no Brasil pós-independência. A formalização da libertação de um escravizado em contexto batismal e sua participação financeira em subscrições públicas destinadas a obras urbanas constituem gestos dotados de forte carga simbólica e política. Nessa dimensão social, essas ações indicam posicionamentos éticos e formas de engajamento cívico que ultrapassam o imaginário de um campo meramente musical.

Sua posterior atuação como escriturário, documentada a partir de 1819, reforça essa leitura. O ofício de escrivão na América Portuguesa demonstra que esse cargo funcionava como espaço estratégico de poder local, ocupado por indivíduos cuja trajetória social e profissional era flexível e circulava entre diferentes esferas. A microescala biográfica aplicada nesta pesquisa permite um campo de observação para compreender essas dinâmicas de poder, marcadas por regimes de mobilidade, informalidade e negociação constante de posições sociais frequentemente invisibilizadas.

Do ponto de vista metodológico, a elaboração e o uso sistemático de uma linha do tempo constituíram-se como elementos centrais desta investigação.

Mais do que ordenar eventos, essa ferramenta permitiu visualizar padrões de recorrência, períodos de apagamento, deslocamentos geográficos e inflexões profissionais, possibilitando uma articulação das múltiplas esferas da vida privada. O cruzamento dessa linha diacrônica, com diferentes tipologias documentais, apontou assimetrias entre a cronologia tradicionalmente aceita e os dados disponíveis, conduzindo a uma revisão crítica de hipóteses consolidadas e à reavaliação da identidade profissional desse compositor. Revisitar o imaginário musicológico de Antônio dos Santos Cunha implica, portanto, em aceitar a incompletude como dado histórico e reconhecer que a história da música se constrói tanto a partir do que os arquivos revelam quanto do que silenciam. Nesse sentido, mais do que oferecer respostas definitivas, este estudo propõe uma escuta musicológica mais atenta às ambiguidades, às sobreposições identitárias e às estruturas sociais que moldaram a experiência musical no passado.



Apêndice

Na listagem abaixo, transcrevemos uma seleção de informações obtidas através de documentos ou referências que direta ou indiretamente se vinculam a Antônio dos Santos Cunha. Assim, este levantamento configura-se como dados brutos usados para tecer a análise e construção de uma narrativa de sua trajetória. Tentamos adicionar as referências detalhadas de cada fonte e, quando possível, adicionamos *links* de acesso (muito embora não nos seja possível assumir responsabilidade por sua temporalidade ou inatividade).

- c. 1760 — Nascimento de Angélica de Oliveira Rosa (mãe de Antônio dos Santos Cunha) em Santa Luzia, Comarca de Sabará, na Capitania de Minas Gerais.

Fonte: Comarca do Rio das Mortes. *Testamento de Angélica de Oliveira Rosa*, 1840, f. 4r. São João del-Rei, Arquivo Histórico de São João del-Rei (Escritório Técnico do IPHAN), cx. 115.

- c. 1780 — Angélica de Oliveira Rosa vive em Meia Ponte, Capitania de Goiás, Bispado do Rio de Janeiro, onde tem dois filhos naturais: Ana Francisca de São José e Antônio dos Santos Cunha:

Tive dois filhos naturais Anna Fran[cis]^{ca} Cazada com Joze Thomas de Aquino, e Ant^{lôni}o dos Santos Cunha Cazado com D[ona] Elena [...]

Fonte: Comarca do Rio das Mortes. *Testamento de Angélica de Oliveira Rosa*, 1840, f. 4r. São João del-Rei, Arquivo Histórico de São João del-Rei (Escritório Técnico do IPHAN), cx. 115.

- 1786 — Antônio dos Santos Cunha vende de uma resma de papel para a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, e seu pagamento é indicado no livro de receitas e despesas da agremiação religiosa.

Fonte: Orquestra Lira Sanjoanense, 1976, p. 1; Rezende, 1987, p. 616; Neves, 1997, p. 103.

- 1787 — Angélica de Oliveira Rosa e seus filhos Antônio dos Santos Cunha e Ana Francisca de São José se mudam para São João del-Rei, Capitania de Minas Gerais:

P[elo] q[ue]’ pagou a Angelica de Oliveira Roza, de pão, q[ue]’ a Meza mandou assistir ao Irmão enfermo Francisco Dias de Almeida a f[olhas] 50 6 [oitavas de ouro]

Fonte: Irmandade de São Miguel e Almas. *Receita e despesa*. São João del-Rei, 1989, f. 17r. Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, cx. 05, n. 27.

- 1790, 24 jun. — Ana Francisca de São José (irmã de Antônio dos Santos Cunha) se casa com José Tomás de Aquino em São João del-Rei:

Aos vinte, e quatro de Junho de mil, e sete centos, e noventa nesta Matris de São João d’El Rey pelas Sete horas da manhã, feitas as Canonicas diligencias sem se descobrir impedimento algum, como constao da Provizão do Reverendo Doutor Vigario da Vara desta Comarca, e em presença das testemunhas o Capitão Luiz Cardozo Fontes, e João Paulo Carneiro, o Reverendo Sebastião Joze da Freira com licença administrou o Sacramento do Matrimonio, que por palavras de prezente celebrarão = Joze Thomas de Aq[uino] filho legitimo de Jozé Thomas Pedrozo, e de Florencia Maria do Espirito Santo natural, e baptizado na Freguezia de Nossa Senhora do Pilar da Cidade da Bahia e = Anna Francisca de São Jozé exposta em Caza de Antonia de Souza, e baptizada na Freguizia da Meia Ponte Comarca de Goiás Bispado do Rio de Janeiro, e ambos moradores nesta Freguezia; e logo lhes deu as bençoens na forma do Ritual Romano

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Casamentos*, t. 1, v. 3. São João del-Rei, 1788, f. 327r. Family Search, rolo 4644155, fot. 30, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6BGN-X8M9?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1791, 03 nov. — Angélica de Oliveira Rosa ingressa para a Irmandade de São Miguel e Almas de São João del-Rei, pelo valor de 2\$400³⁰ (Araújo, 2013, p. 76):

³⁰ Durante sua permanência como filiada à Irmandade de São Miguel e Almas até seu falecimento em 1836, verificam-se diversas dívidas com a irmandade. Em seu inventário, registra-se o pagamento de 36\$600 réis em anuidades atrasadas (Araújo, 2013, p. 76).

Entradas [...]

Da Irmã Angelica de Oliveira Roza 2 [oitavas de ouro]

Fonte: Irmandade de São Miguel e Almas. *Receitas e despesas*. São João del-Rei, 1787, f. 19v. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, cx. 05, n. 27.

- **1792, 20 out.** — Antônio dos Santos Cunha [filho?], por meio de uma procuração, representa José Tomás de Aquino e Ana Francisca de São José como padrinhos em um batismo realizado em São João del-Rei:

Aos vinte, hum de Out[ubro de] mil s[ete] centos e noventa e do[is]us nesta Matris de São João d'El Rey o Re[verendo] Joze Lourenço de Siqueira Galindo com licença batizou, e pos os Santo Oleos a = Maria exposta em Casa de Maria Lopes de Siqueira: forão padrinhos Jose Thomas de Aquino, e sua mulher Anna Francisca de São Jose por procuração que apresentou Antonio dos Santos Cunha todos desta freguesia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 6, v. 4. São João del-Rei, 1791, f. 503r. Family Search, rolo 4644146, fot. 117, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6JZ8-B63K?lang=pt&cid=fs_copy.

103

- **1793, 11 abr.** — Antônio dos Santos Cunha [filho], por meio de uma procuração, representa sua mãe em um batismo em que ela foi madrinha:

Aos onze de Abril de mil sete centos, e noventa, e tres nesta Matriz de São João d'El Rey batizei, e puz os Santos Oleos a = Antonio filho de Efigenia Caetana Roza Crioula: forão padrinhos o Reverendo Sacristão Antonio Gonçalves Serqueira, e Angelica de Oliveira Roza por procuração que apresentou seu filho Antonio dos Santos todos desta freguezia Declaro que foi baptizado pelo Reverendo Coadjutor Joaquim Pinto da Silveira que por não assignar este assento em tempo o declarei, e assignei

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 6, v. 4. São João del-Rei, 1791, f. 511r. Family Search, rolo 4644146, fot. 126, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6JZD-XXFM?lang=pt&cid=fs_copy.

- **1796, 06 jan.** — Antônio dos Santos Cunha entra para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São João del-Rei, sendo descrito como

branco, filho de Angélica de Oliveira Rosa e pagando uma túnica rica como entrada:

Termo de Antonio dos Santos Cunha branco f[ilho]^o de Angelica de Oliv[ei]^{ra} Roza Aos 6 dias do mez de Jan[eir]^o Se aSentou p[o]^r Irmão destas Santas Irm[anda]^{des} de NoSa Senhora do Rozario e Sam Benedito dos homens pretos desta V[il]^a Antonio dos Santos Cunha f[ilho]^o Leg[ítim]^o de Angelica de Oliv[ei]^{ra} Roza e Se obrigou em tudo a Comprir com as Leis do Compr[omiss]^o a Sua Entrada pagou debayxo de Juizado de Nossa Senhora dos Remedios [e] deu hu[m]a Tunica Rica p[ar]^a a m[esm]^a Senhora e p[ar]^a a todo o Tempo Constar mandei Lavar este Termo Eu Antonio Afonço e Machado Escr[iv]^{am} do prez[en]^{te} Anno q[ue]^r aSigney Junto com o d[it]^o Irmão [Assinatura:] Antonio dos S[an]^{tos} Cunha

Fonte: Confraria de Nossa Senhora do Rosário. *Termos de entrada de irmãos*. São João del-Rei, 1791, f. 136v. São João del-Rei, Arquivo da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, cx. 19.

- 1800, 15 dez. — Joaquim, escravo de Angélica de Oliveira Rosa, entra para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de São João del-Rei, cujo pagamento foi assumido pelo compromisso em tocar caixa nas festas:

Termo de Joaq[ui]^m nação mina³¹ escravo de Angelica de Oliv[ei]^{ra} Roza Aos 15 dias do mes de dez[em]^{bro} de 1800 Se acentou nesta Irma[n]dade de N[ossa] S[e]n[h]o[r]^a do Ruzario e S[ã]o Benedito dos [h]omens P[r]etos desta v[il]^a Joaq[ui]^m min[a] escravo de Angelica de Oliv[ei]^{ra} R[o]za e se obrigou a goardar as Leis de noSo Compremício a Sua entrada Pagou [e]m tocar caixa nas Festas e ha de tocar e p[ar]^a Constar F[iz] [es]te Termo com Thomas P[ereir]^a da costa escrevy

Signal de Joaq[ui]^m + Mina

Fonte: Confraria de Nossa Senhora do Rosário. *Termos de entrada de irmãos*. São João del-Rei, 1791, f. 192v. São João del-Rei, Arquivo da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, cx. 19.

- 1801, 17 fev. — Antônio dos Santos Cunha entra para a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de São João del-Rei:

Aos dezacete dias do mes de Fevereiro de mil, e oito centos e hum se acentou por

³¹ Nação Mina se refere aos escravizados provenientes da região litoral africana Costa da Mina.

irmam desta Santa Irmandade do Senhor Bom Jezus dos PaSos ereta nesta Matriz da Villa de Sam João del Rey An[toni]o dos Santos Cunha e se obri[gou] a[s] leis do cumprim[en]to e pa [quebra de página, f. 7r] e para constar fis este ter[mo em] que se aSignou, e [eu] Anto[nio Dias] Rapozo Sacretario, q[ue] o escrevy

[Assinatura:] Antonio dos Santos Cunha

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. *Entrada de irmãos*. São João del-Rei, 1790, f. 6v–7r. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, cx. 7, n. 2.

- 1801 — Antônio dos Santos Cunha vende um livro à Irmandade de São Miguel e Almas de São João del-Rei:

A Antonio dos Santos Cunha, do importe do Livro, q[ue]’ declara o Recibo [a] f[olhas] 83 [valor:] 12 1/2 2

Fonte: Irmandade de São Miguel e Almas. *Receitas e despesas*. São João del-Rei, 1787, f. 57r. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, cx. 5, n. 27.

- 1801, 28 out. — Antônio dos Santos Cunha representa um padrinho por meio de uma procuração de um batizado em que sua mãe, Angélica de Oliveira Rosa, consta como madrinha. Ambos são identificados como solteiros e ele como Alferes:

Aos vinte oito de outubro de mil oito centos e hum nesta Matris da Villa de São João de El Rey baptizei, e pus os Santos Oleos a = Anna filha Legitima de Luis Antonio Correa, e Francisca Vieira de Campos pardos forros: forão padrinhos o Alferes Aureliano de Almeida Magalhaens por procuração que apresentou o Alferes Antonio d[o]s Sa[n]tos Cunha e Angelica de Oliveira Roza Soltei[ros] todos desta fr[eg]uezia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 7, v. 4. São João del-Rei, 1790, f. 475v. Family Search, rolo 4644147, fot. 80, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6XMV-WN4C?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1802 — Antônio dos Santos Cunha efetua o pagamento de sua anuidade como filiado à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de São João del-Rei:

105

Anuas, mezas [e] Entradas digo e meçadas e Entradas [...]

O Ir[mão] Alfe[res] Anton[io] dos Santos Cunha 2 [oitavas de ouro]

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. *Receita e despesa*. São João del-Rei, 1789, f. 6or. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, sem código.

- 1802, 22 jan. — Antônio dos Santos Cunha apresenta uma procuração para representar o padrinho Manoel Joaquim da Silveira Bueno em um batismo realizado em São João del-Rei:

Aos vinte dois de Janeiro de mil oito centos e dois nesta Matris da Villa de São João de El Rey o Reverendo João Ferreira Dias de licença baptizou, e pos os Santos Oleos a = Mariana filha de Lauria[n]a parda escrava de Dona Maria Jozefa da Cunha foi padrinho Manoel Joaquim da Silveira Boeno por procuração que aprezentou Antonio dos Santos Cunha todos desta freguezia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 7, v. 4. São João del-Rei, 1790, f. 479v. Family Search, rolo 4644147, fot. 84, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6XMV-4TPT?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1804, jan. — João, escravo de Angélica de Oliveira Rosa, entra para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos de São João del-Rei:

T[e]r[m]º de João de Angelica de oliv[ei]rª Roza

[Ilegível] dias do mes de Ja[nei]rº de 1804 se aSentou nestas S[an]tas Irman[da]des de NoSa S[e]n[ho]ra [do Rosário e de São] benedito dos homens Pretos desta Vila João de Angelica de [ilegível] Se o[br]igou em tudo a cumprir com a[s] Leis do compr[o]miSo [ilegível] [es]te Ter[mo] Eu Rafael Ant[ôni]º de S[ão] Bern[ar]dº escrivão [de]sta Irm[andade]

Fonte: Confraria de Nossa Senhora do Rosário. *Termos de entrada de irmãos*. São João del-Rei, 1791, f. 5v. São João del-Rei, Arquivo da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, cx. 19.

- 1807, 22 nov. — Antônio dos Santos Cunha se casa com Helena Sofia Lassance (1791–1845) em Alenquer, Portugal:

Aos vinte e dois dias do mez de Novembro de mil oito centos e Sete, pelas nove horas da manhã, nesta Parochial Igreja de São Pedro da Villa de Alenquer na

minha presença, e Sendo testemunhas presentes Felix Joze Leal Arnaut,³² e Dona Cecilia Augusta Arnau, tendo Correntes todos os seus papeis na forma do estillo, e Constituições deste Patriarchado, e Receberão por palavras de presente à face da Igreja, Antonio dos Santos Cunha, filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha, de Maria Ponte. digo e de Dona Angelica de Oliveira Roza, natural de Meia Ponte Bispado de Minas Gerais no Brazil, e Dona Elena Sofia Laçance filha legitima de Carlos Laçance, e de Dona Cecilia Augusta natural da Cidade de Lisboa e de presente moradores nesta Villa de Alenquer, e freguezes da Sobre dita Freguezia digo dita Igreja de São Pedro, de que fiz este aSento que aSigno = o Prior Francisco Correa de Pinna = E não se continha mais em o aSento que fez o dito Prior em hum quarto de papel, o qual eu aqui fiz transcrever do proprio por temer [que] se extravie o dito quarto de papel. Rezidencia de São Pedro de Alenquer 5 de Janeiro de 1828

Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e São Pedro. *Registros mistos*, liv. MI, cx. I. Alenquer, 1761, f. 54r. Arquivo da Torre do Tombo, PT/TT/PRQ/PALQ16/004/MI, Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/cbf5f8d585784c8e89a94a3a50fd9dcd>.

- 1809, 02 jun. — Nascimento de Josefa, primeira filha de Antônio dos Santos Cunha, em Torre de Moncorvo:

107

Jozefa filha Legitima de Antonio dos Santos Cunha natural de Meya ponte de Goiáses, e de Dona Eléna Sophia LacenSe natural da Cidade de Lisboa; neta Paterna de Antonio dos Santos Cunha Sargento Mór natural do Rio de Janeiro, e de Sua Mulher Dona Angelica d[e]’ oliveyra Roza natural de Santa Luzia natural de Sabara. Neta Materna de Carlos LacenSe Alemão, e de Sua Mulher Dona Cecilia Augusta [quebra de página, f. 6r] da Sylva, e Arnauta natural de AlcováSa; Nasceo em os dois dias do Mês de Junho de mil e oyto Centos e nóve; E foÿ baptizada Solemnemente com benSôens, de Santos Óleos na Pia baptizmal da Igreja Matrix desta villa digo, Nasceo no dia vinte de Junho de mil e oyto Centos e nóve, E foy baptizada Solemnemente Com benSóens, e Santos óleos na Pia baptistmal da Igreja Matrix desta villa pello ReverendiSimo Senhor Doutor Manoel Joze Gomes de Negreyros Dezembargador da RellaSão Primás e vigario Geral, e Juiz dos Casamentos nesta Comarqua de Moncorvo, em os quatorze dias do Mês d[e]’ Agosto do dito anno: Forão Seu[s] Padrinhos o Doutor Antonio de

³² Academia das Ciências de Lisboa. *Ofício de Félix José Leal Arnaut, secretário da Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, acerca das condições para o envio de livros para impressão*. Lisboa, 1791, 1 f. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, código PT/ACL/ACLJ/003/000001, disponível em: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/descriptions/55306>.

Siábra da Moutta e Sylva,³³ e Dona Anna Felicia de Siábra, da Cidade de Coimbra; E por procuraSão da Madrinha aSistio Antonio da Siábra filho; E declaro, que o tempo que, esteve por baptizar foy com neceSidade, e LicenSa; E fis este termo, que aSigney, dia, e Més, Era, ut Supra

Fonte: Paróquia de Torre de Moncorvo. *Batismos*. Torre de Moncorvo, 1809, f. 5v–6r. Arquivo da Diocese de Bragança-Miranda, cx. 4, PT/ADB/PRQ/TMC16/001/00012, disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/1bdcob1f692140dda4d9d12a79548035>.

- 1809, 06 jan. — Angélica de Oliveira Rosa ingressa na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São João del-Rei:

Termo de D[ona] Angelica de Oliveira Roza

Aos 6 dias do mes de Jan[eir]o de 1809 Se aSentou nestas S[ant]as Irm[anda]des de N[ossa] S[en]hora do Rozario e [São] Benedito dos homens pretos desta V[il]a de São João del Rey D[ona] Angelica de Oliv[eir]a Roza e Se obrigou em tudo a Comprir com as Leis do Compromisso a Sua Entrada pagou em huma flor gr[an]de emgrazada q[ue] deu a N[ossa] S[en]hora dos Remedios p[ar]a todo o tempo Constar fis este Termo e por Ordem da meza do pr[esent]e Eu Julião de Souza ASenço Escr[iv]am atoa desta Irm[anda]de o fis e aSigney

[Assinatura:] *Angelica de Oliv[eir]a Roza* [Assinatura:] *ASenço*

Fonte: Confraria de Nossa Senhora do Rosário. *Receita, despesa e termos*. São João del-Rei, 1760, f. 260v. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, sem código.

- 1810, 19 jul. — Angélica de Oliveira Rosa é indicada no registro de batismo de Severina, filha de sua escrava Josefa Mofumbe, em que também consta um músico como padrinho, Antônio Vieira Alves da Cunha³⁴:

Aos dezanove de Junho, de mil e oito centos e des nesta Matris b[a]ptizei e pus os Sanctos olios, a Severina filha de Jozefa Mofumbe, escrava de Angelica de Oliveira Roza forão Padrinhos Antonio Vieira Alves da Cunha Solteiro, e Maria Antonia Criolla Cazada todos desta Freguezia

³³ Referente a Antônio de Seabra da Mota e Silva (1763–1834), varão, cavaleiro professor da Ordem de Cristo, foi ouvidor na vila do Príncipe, província de Minas Gerais, Brasil e posteriormente corregedor da comarca de Moncorvo.

³⁴ Não foi encontrada qualquer relação de parentesco com este músico.

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 9, v. 1. São João del-Rei, 1810, f. 4v. Family Search, rolo 4644147, fot. 653, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6XMJ-TB3F?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1810, 27 nov. — Nascimento de Guilherme, segundo filho de Antônio dos Santos Cunha, em Torre de Moncorvo:

Guilherme filho Legitimo de Antonio dos Santos Cunha, Natural de Meya Ponte de Goyazes, e de Donna Elena Sophia LacenSe Natural da Cidade de Lisboa. Neto Paterno de Antonio dos Santos Cunha Sargento Mor, Natural do Rio de Janeiro, e de Sua Mulher Donna Angelica de Oliveira Roza, Natural de Santa Luzia da Sabara. Materno de Carlos LatenSe Alemão, e de Sua Mulher Donna Cecilia Augusta da Silva Arnaut Natural de AlcovaSa. Nasceu aos vinte [e] Sete de Novembro de mil oito centos, e des, e foy Baptizado so [quebra de página, f. 38v] Solemnemente, Com BenSoens, e Santos Oleos, na Pia Baptismal desta freguezia de Moncorvo, por min o Cura Coadjutor abaixo aSignado em os Quatro dias de Dezembro do dito anno retro. Forão Seus Padrinhos João Carlos de Oliveira Pimentel Capitão Mòr, e Sua Mulher Donna Violante Engracia da Silva desta Villa, de que fis este termo dia Mes, era ut Supra.

109

Fonte: Paróquia de Torre de Moncorvo. *Batismos*. Torre de Moncorvo, 1809, f. 38r–38v. Arquivo da Diocese de Bragança-Miranda, cx. 4, PT/ADBM/PRQ/TMCI6/001/00012, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/1bdcob1f69214odda4d9d12a79548035>.

- 1812, 20 jun. — Nascimento de Henriqueta, segunda filha de Antônio dos Santos Cunha, em Chaves:

Henriqueta filha legitima de Antonio dos Santos Cunha, e D[ona] Hellena Sofia LaSence e Cunha aSistentes nesta Villa; Neta Paterna do Sargento Mór Antonio dos Santos Cunha, e D[ona] Angelica de Oliveira Roza, da Capitania de Goiazes no Brazil, e Materna de Carlos LacenSe, e D[ona] Cecilia Augusta da Silva Arnaut de Lisboa, nasceo aos vinte de Junho de mil oito centos e doze, e aos vinte e sete do mesmo foi Baptizada, e houve os Santos Oleos nesta Igreja por mim o Reitor Francisco Ignacio de Sampaio. Forão Padrinhos Francisco Luiz Ferreira desta Villa, e Anastacio Manoel Mendes de Saraiva desta mesma como Procurador de D[ona] Cecilia Augusta da Silva Arnaut Avò materna da Baptizada de que mandei fazer este que aSignei. Chaves era ut supra

Fonte: Paróquia de Santa Maria Maior, Repartição de Cima. *Batismos*. Chaves, 1811, f. 12v. Arquivo Distrital de Vila Real, PT/ADVRL/PRQ/PCHV50/RC/001/042, disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/522d62f8792840b29ccao8dd97816a2d>.

- 1813, 13 ago. — Nascimento de Frederico, quarto filho de Antônio dos Santos Cunha, em Chaves:

Frederico filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha e Dona Helena Sophia Lacense aSistentes nesta Villa, Neto Paterno do Sargento mor Antonio dos Santos Cunha, e D[ona] Angelica de Oliveira Roza da Capitania de Goiazes, e Materno de Carlos Lacense de Nação franceza, e D[ona] Cecilia Augusta da Silva Arnut de Lisboa. Nasceo aos treze de Agosto de mil oito centos e treze, e nos doze do mesmo foi solememente Baptizado, houve os Santos Oleos nesta Igreja por mim o Reitor Francisco Ignacio de Sampaio Pimentel; foi Padrinho o Muito Reverendo Desembargador Vigario Geral desta Commarca Antonio dos Santos Leal. De que fis este q[ue]’ aSignei. Chaves era ut supra

Fonte: Paróquia de Santa Maria Maior, Repartição de Cima. *Batismos*. Chaves, 1811, f. 24v. Arquivo Distrital de Vila Real, PT/ADVRL/PRQ/PCHV50/RC/001/042, disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/522d62f8792840b29ccao8dd97816a2d>.

- 1814, 19 set. — Batismo de Ernesto Antônio e Antônio Ernesto (gêmeos), quinto e sexto filhos de Antônio dos Santos Cunha, em Chaves:

Antônio Arnesto filho Legitimo de Antonio dos Santos Cunha e D[ona] Helena Sofia Lacense aSistentes nesta Villa neto Paterno do Sargento Mor Antonio dos Santos Cunha e D[ona] Angellica de Oliveira Roza da Capitania de Goeazes e Materno de Carlos Lacense de Nacão Franceza e D[ona] Cecilia Augusta da Silva Arnaut de Lisboa nasceo aos dezanove de Setembro de mil oito centos e quatorze de sete de Outubro seguinte foi Sollenemente Baptizado e recebo os Santos Oleos nesta Igreja pello M[ui]^{to} R[everen]^{do} Paullo Miguel Rodrigues de Moraes Deão da Sé de Braganca Governador e Vigario Geral do Bispado com Licença de mim o Reitor desta Igreja Francisco Ignacio S[am] Payo foi seo Padrinho o M[ui]^{to} R[everen]^{do} Vigario Geral desta Comarca Antonio dos Santos Leal. De q[ue]’ fis este que aSignei Chaves era ut supra. [Assinatura:] O R[eit]^{or} Fran[cis]^{co} Ign[ã]^{cio} S. Payo Pim[ent]^{el}

Arnesto Antonio filho Legitimo de Antonio dos Santos Cunha e D[ona] Hellena Sofia Lacense aSistentes nesta Villa neto Paterno do Sargento Mor Antonio dos Santos Cunha e D[ona] Angellica de Oliveira Roza da Capitania de Goiazes e Materno de Carlos Lacense de Nascão Franceza e D[ona] Cecilia Augusta da Silva

Arnut de Lisboa nasceo aos dezanove de Setembro de mil oito centos e quatorze e aos dezaSete de Outubro seguinte foi Sollenemente Baptizado e recebeu os Santos Oleos nesta Igreja pello M[ui]^{to} R[everen]^{do} Paullo Miguel Rodrigues de Moraes Deão da Sé de Bragança Governador e Vigario Geral do Bispado com Licença de mim Reitor desta Igreja Francisco Ignacio S[am] Payo foi seo Padrinho Francisco Luiz Ferreira Administrador Geral das Moniços de boca desta Probincia. De que fis este q[ue]['] aSignei Chaves era ut supra. [Assinatura:] O R[eit]^{or} Fran[cis]^{co} Ign[ã]^{cio} S. Payo Pim[ent]^{el}

Fonte: Paróquia de Santa Maria Maior, Repartição de Cima. *Batismos*. Chaves, 1811, f. 39v. Arquivo Distrital de Vila Real, PT/ADVRL/PRQ/PCHV50/RC/001/042, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileView/er/522d62f8792840b29ccao8dd97816a2d>.

- c. 1815 — Antônio dos Santos Cunha é indicado nos registros da Ordem Terceira do Carmo de São João del-Rei como “ausente p[ar]^a Lisboa”. Contudo, nas informações prestadas a José Maria Neves para a elaboração do livro *Música sacra mineira* (Neves, 2000), Aluizio José Viegas afirma que a anotação corresponde ao ano de 1816, constando “auzente p[ar]^a [a] Corte”. Contudo não foi possível a verificação dessas informações nos documentos disponíveis.

III

Fonte: Orquestra Lira Sanjoanense, 1976, p. 1.

- 1815, 04 dez. — Nascimento de Herculano, sétimo filho de Antônio dos Santos Cunha, em Chaves:

[H]Erc[u]lano f[ilh]^o Legitimo de An^{t[ómi]o} dos Santos Cunha e D[ona] Ilena Sufia Lacense e Cunha neto Paterno de An^{t[ómi]o} dos S[an]^{tos} Cunha e D[ona] Angelica de olib[e]r^a e Materno de Carlos Lacense e D[ona] Cecillia augusta da Silva de Lisboa nasceo aos Coatro de dezembro de mil e oito centos e quinze e aos Seis do mesmo Foi Solenemente Baptizado e Recebeu os Santos olleos nesta Igreja Matris por mim o Coadjutor Francisco Joze Coelho Foi Padrinho Manoel Paulino da Cidade de Bragança de que Fis este que aSignei chaves era ut Supra o Coadjutor Fran[cis]^{co} Joze Coelho

Fonte: Paróquia de Santa Maria Maior, Repartição de Cima. *Batismos*. Chaves, 1811, f. 65r. Arquivo Distrital de Vila Real, PT/ADVRL/PRQ/PCHV50/RC/001/042, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileVier/522d62f8792840b29ccao8dd97816a2d>.

- 1818, 11 dez. — Batismo de Cecília, oitava filha de Antônio dos Santos Cunha, em Alenquer:

Aos onze dias de Dezembro de mil oito centos e dezouto o Reverendo Coadjutor Manuel Jozé Martins Gomes baptizou e poz os Sanctos Oleos a Cecilia, nascida em quatro do corrente mez, filha de Antonio dos Sanctos Cunha e Dona Helena Sofia Lacence, moradores na Rua do Cais desta Freguezia de Sancta Engracia, e Recibidos na Freguezia de São Pedro de Alenquer deste Patriachado. Forão Padrinhos: Francisco Antonio dos Sanctos, e Dona Cecilia Augusta da Silva Arnaut,³⁵ seo Procurador Daniel Lacence

Fonte: Paróquia Santa Engrácia. *Batismos*. Lisboa, 1818, f. 23r. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, liv. B16, cx. 11, PT/TT/PRQ/PLSB29/001/B16, disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/c58aae19b3f241e5b6eb685a147a2e3f>.

- 1819, 11 mar. — Solicitação de passaporte de viagem para Rio de Janeiro com sua família, justificado em uma licença de suas funções como primeiro oficial revisor de contas do Departamento de Viveres de Trás-os-Montes, ou, como indicado na aprovação, primeiro escriptorário da contadoria do Departamento do Comissariado na Província de Trás-os-Montes:

Diz Antonio dos Santos Cunha 1º Off[ic]i^{al} Revisor de Contas do Departamento de Viveres de Tras os Montes,³⁶ que tendo obtido licença annual como consta do Documento junto, pretende transportarse ao porto do Rio de Janeiro, com a sua familia que se compoem de sua Mulher Helena Sofia Lacense e sinco filhos menores, de Outo annos o mais velho [Guilherme], e porque não pode fazer sem cinco PaSaportes, por iSo

P[ede] a V[ossa] Magestade se Digne mandar lho paSar na forma do estillo

E R[eceberá] M[er]^{ce}

[Assinatura:] Antonio dos Santos Cunha

[quebra de página, f. 1v]

Reformado em 15 de Março de 1819

D. MIGUEL PEREIRA FORJAS COUTINHO, do Conselho d'El-Rei Nosso Senhor, Senhor dos Coutos de Freiriz, e Penagate, Commendador na Ordem de Christo,

³⁵ Cecília Augusta, indicada como madrinha, era também avó de Cecília.

³⁶ Cargo que supervisionava as contas de mantimentos e provisões na região de Trás-os-Montes.

Grão-Cruz na de S. Tiago da Espada, Tenente General dos Reaes Exercitos, Inspetor Geral das Milicias, Secretario dos Negocios da Marinha, Estrangeiros, e da Guerra, &c.

Faço saber aos que este Passaporte virem que na Cidade de Lisboa = faz viagem para a Corte do Rio de Janeiro, com a competente Licença de hum anno, Antonio dos Santos Cunha, Primeiro Escriptuario da Contadoria do Departamento do Commissariado na Provincia e Tras os Montes; para onde vai a tratar de seus negocios; levando com sua companhia Sua mulher Helena Sofia Lacense, e cinco filhos de menor idade //

Manda El-Rei Nosso Senhor, a todas as pessoas a quem o [con]hecimento deste pertencer, lhe não ponhão impedimento [algu]m a fazer a dita viagem. Em fé do que se lhe deo este [passa]porte por mim assignado, e sellado com o sello das Armas Reaes. Palacio do Governo em 11 de Março de 1819

Fonte: Conselho Ultramarino. *Requerimento do 1º oficial revisor de Contas do Departamento de víveres de Trás-os-Montes*. 1819, f. 1r-1v. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU ACL CU 017, cx. 281, doc. 19705, disponível em: http://resgate.bn.gov.br/docreader/017_RJ_AV/150568.

- 1820 — Apoio de Antônio dos Santos Cunha à publicação de tradução da tragédia *Orestes* (1783) de Vittorio Amedeo Alfieri (1749–1803):

Relação Dos Nomes dos Senhores Assignantes, que subscreveram para a impressão do Orestes [...]

[quebra de página, p. 95]

[...] *Antonio dos Santos Cunha*.

Fonte: *Orestes*, tragedia, de Victorio Alfieri d'Asti traduzida em verso portuguez. Lisboa: Impressão Régia, 1820, p. 89–95. Disponível em: [https://www.google.pt/books/edition/Orestes Tragedia Traduzida em verso port/J6RgAAAAcAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=%22antonio+dos+santos+cunha%22&pg=PA95&printsec=frontcover](https://www.google.pt/books/edition/Orestes%20Tragedia%20Traduzida%20em%20verso/port/J6RgAAAAcAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=%22antonio+dos+santos+cunha%22&pg=PA95&printsec=frontcover).

- 1820 — Antônio dos Santos Cunha efetua o pagamento de sua anuidade para a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de São João del-Rei:

Annoais [...]

Item de Antonio dos Santos Cunha 2\$400

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. *Receitas e despesas*. São João del-Rei, 1811, f. 37r. São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, sem código.

- 1821, 06 abr. — Batismo de Pedro, nono filho de Antônio dos Santos Cunha, em São João del-Rei:

Aos seis de Abril de mil e oito centos e vinte e hum nesta Matris de Sam Joam de El Rey o Reverendo João Joaquim Mendes de licença Baptizou e pos os Santos Oleos a = Pedro filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha e D[ona] Ilena Sofia Lacence e Cunha Padrinho o Dezebargador Pedro Alves Dinis por Procuração que apresentou João Baptista Porto e Dona Angelica de Oliveira Roza desta freguezia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 11, v. 1. São João del-Rei, 1819, f. 33r. Family Search, rolo 4016079, fot. 268, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJQY-G9Q?lang=pt&cid=fs_copy.

114

- 1821, 20 out. — Helena Sofia Lassance, esposa de Antônio dos Santos Cunha, é convidada como madrinha em um batismo em São João del-Rei:

Aos vinte de Outubro de mil e oito centos e vinte hum nesta Villa de São João d'El Rey baptizei e pus os Santos Oleos a Antonio filho ligitimo de Joze Apolinario de Almeida e de Francisca Maria das Chagas crioulos forão Padrinhos Joze Thomas de Aquino Solteiro³⁷ e Donna Ilena Sofia Lacense Cunha Cazada todos desta Freguezia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 11, v. 1. São João del-Rei, 1819, f. 46v. Family Search, rolo 4016079, fot. 281, disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-6QSR-TT?i=280&lang=pt>.

- 1821, 31 dez. — Documento referente ao pagamento de moradia de Antônio dos Santos Cunha identificado na sua função de escrivão da Real Fábrica da Pólvora:

³⁷ Cargo que supervisionava as contas de mantimentos e provisões na região de Trás-os-Montes.

Relação da Divida passiva do Arsenal do Exercito, Fabricas, e Fundições do Reino do Brazil, pelo que pertence ao Cofre do Produto da Venda de Polvora, que se acha a seo Cargo; na qual se especificão os nomes dos Credores; quantias que lhes devem; de que procedidas; e annos em que forão contrahidas as mesmas dividas; a saber [...] [quebra de página, f. 1v] [...]

1821

Dezembro 31 [...]

Moradias

Pelo que no V[ers]º e no 4º Quarteis venceo o Escrivão da Fabrica da Polvora Antonio dos Santos Cunha 100\$000 [...] [quebra de página, f. 2v]

1822 [...]

Moradias

Pelo 1º Quartel vencido pelo Escrivão da Fabrica de Polvora 50\$000

Fonte: Arsenal do Exército. *Relação de dívida passiva do Arsenal do Exército*. Rio de Janeiro, 1822, 2 f. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, código BR DFCD CDI-2-PPL-3IN-1826-15001-0014, disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-cdi-2-ppl-3in-1826-15001-0014>.

115

- 1822 — Antônio dos Santos Cunha participa de uma subscrição voluntária para a edificação de uma fonte pública do Largo de São Francisco, em São João del-Rei:

Receita

Rendimento demonstrativo da Subscrição promovida nesta Villa a bem do Publico della, pela actual Camara. A saber: [...]

[quebra de página, f. 12v] [...]

Antonio dos Santos Cunha 4\$800

Fonte: Senado da Câmara de São João del-Rei. *Subscrições*. São João del-Rei, 1822, f. 11v–12v. São João del-Rei, Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d’Almeida, ACSJ SUBS207, disponível em: <https://archive.org/details/BCAACSJSUBS207>.

- 1822, 30 abr. — Informações relativas ao contrato de trabalho de Antônio dos Santos Cunha, relacionadas ao vencimento, aposentadoria, seguro de doença, acidente e morte, explicitando a abrangência de seu cargo:

[Na primeira coluna:] *Actual Escrivão da F[abric]ª = Antonio dos S[an]tos Cunha =*
De Ordenado annual 400.\$000

De Apozentadoria 200.\$000

De propina annual p[ar]ª molestia 35.\$000

Dita [propina] accidental pára luto 20.\$000

[Na segunda coluna:] *Encarregado de toda a Escripção pertencente aquella*
Fabrica da Lagoa [Rodrigo] de Freitas

Fonte: Arsenal do Exército. *Relação dos oficiais de fazenda e diversas repartições do Arsenal do Exército, Fábricas e Fundições*. Rio de Janeiro, 1822, f. 4r. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, código BR DFCD CDI-2-PPL-3IN-1826-15001-0016, disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-cdi-2-ppl-3in-1826-15001-0016>.

- 1822, 30 abr. — Documento de trabalho com assinatura de Antônio dos Santos Cunha, em suas funções como escrivão da Fábrica de Pólvora do Arsenal do Exército:

116

Balanço do Armazem da Fabrica da Polvora em 30 de Abril de 1822

[quebra de página, f. 2r]

Inventario dos Generos existentes no Armazem da Fabrica da Polvora a cargo do
Fiel João Rodrigues da Silveira em o dia 30 de Abril de 1822

[quebra de página, f. 4v] [...]

[Assinatura:] *João Rodrigues da Silveira* [Assinatura:] *Antonio dos Santos Cunha*

Fonte: Arsenal do Exército. *Balanço do Armazém da Fábrica de Pólvora*. Rio de Janeiro, 1822, 4 f. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, código BR DFCD CDI-2-PPL-3IN-1826-15001-0041, disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-cdi-2-ppl-3in-1826-15001-0041>.

- 1822, 21 mai. — Batismo de Juvêncio, filho de Mariana, escrava de Antônio dos Santos Cunha, em que este último manifesta seu desejo de libertar o recém-nascido:

Aos vinte hum de Mayo de mil e oito centos e vinte e dois nesta Matris de NoSa
Senhora do Pillar da Villa de São João de El Reý baptizei e pus os Santos Oleos a

Juencio filho de Marianna Angola Escrava de Antonio dos Santos Cunha e logo me diSe o dito Senhor perante as ttestemunhas abaxo aSignadas que e muito de Sua livre vontade libertava ao Seu escravo Juencio como se livre nascese do ventre de Sua Maj Marianna Angola Sua escrava e assim aSignou o dito Senhor com as testemunhas forão Padrinhos Paulo Vianna e Anna Maria todos desta Freguezia. O Coadj[ut]^{or} Alexandre Joaquim do Amaral t[es]t[emunh]^a Bernardo José Carn[ei]^{ro} [Assinatura:] Antonio dos Santos Cunha [Assinatura:] Agostinho Thomaz³⁸

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 11, v. 1. São João del-Rei, 1819, f. 62v. Family Search, rolo 4016079, fot. 297, disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-6QST-41?i=296&lang=pt>.

- 1822 — Antônio dos Santos Cunha elabora uma dedicatória a D. Pedro I no manuscrito da *Missa e credo a cinco vozes*, em memória do Dia do Fico (9 de janeiro de 1822):

SENHOR

HUM Povo, que por influxos de Hum Principe o mais Magnanimo, e Liberal, Surge do abatimento, em que o queira lançar o ferreo, e tiranico systema de recolomnização para colocar-se à par das Nações livres, da, neceSidade deve estatuir a perpetua Recordação AnniverSaria das epochas de seus mais faustos, e gloriosos feitos, para que a Posteridade na pacifica fruição de seus direitos, jamais se esqueça de que deve ao heroismo, de seus Regeneradores.

117

A toda a evidencia, e justiça nenhuma outra hé mais aSignalada, que a do memoravel Dia 9 de Janeiro de 1822; Dia em que Vossa Magestade Imperial por inspiração do Ceo, Accendendo aos votos dos verdadeiros filhos da Patria, Se Dignou a Attender a justa Representação da Camara desta Corte, e Lançar a pedra fundamental do magestoso Edificio de Regeneração Brasilica, com a sublime Resposta = Como he para [o] bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou estou prompto: diga ao Povo que fico. = Ah, Senhor, todas as vantagens, que ora se realisão d'ali tiverão o Seu comêço! Este he o Dia da Salvação para o Povo Brasileiro!! Eis o que me inflama, e estimula a conSagrar a Vossa Magestade Imperial a esteril produção de meu acanhado talento, intercadamente cultivada, nos poucos, e curtos instantes, que me restam, entre os deveres do Emprego, e os cuidados de familia.

PoSa ella sufficientemente testemunhar a Vossa Magestade Imperial toda a extenSão do meu reconhecimento, amor, e adhesão à Sagrada PeSoa de Vossa Magestade Imperial, e a Causa da minha Patria. O Incruento Sacrificio, posto que modulado em sons, rudes, mas nascidos do[s] mais puros sentimentos, não pôde

³⁸ Agostinho Tomás de Aquino era sobrinho de Antônio dos Santos Cunha.

deixar de agradar a Divindade, e fazer descer Sobre nós a enchente das suas Graças, ConServando nos a Preciosa, e Augusta vida de Vossa Magestade Imperial por muitos, e dilatados annos, como todos havemos mister

SENHOR

Aos Pes de VOSSA MAGESTADE IMPERIAL

O mais [h]umilde, affectuoso, e Reverente Subdito

[Assinatura:] Antonio dos Santos Cunha

Fonte: Cunha, Antônio dos Santos. *Missa e Credo a cinco vozes*. Rio de Janeiro, 1822?, f. 2r. Rio de Janeiro: Acervo Musical do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro, CRI-SM82, cx. 82, disponível em: http://www.acmerj.com.br/CMRJ_CRI_SM82.htm.

- 1823, 03 mai. — Antônio dos Santos Cunha, indicado como natural de Minas Gerais, é noticiado como compositor de uma missa realizada em primeiro de maio de 1823, por motivo da quarta sessão da Assembleia Geral do Império realizada no Rio de Janeiro, sob a batuta do maestro José Maurício Nunes Garcia:

118

ARTIGOS NÃO OFFICIAES.

ASSEMBLÉA GERAL DO IMPERIO.

4^a SESSÃO PREPARATORIA.

1^o de Maio.

Achando-se reunidos na Salla da Assembléa os S[enho]r[e]s Deputados, declarou o S[enho]r Presidente ás dez horas, e vinte minutos, que a Sessão estava aberta. Levantou-se o S[enho]r José Bonifacio, e participou de viva voz enquanto, não o fazia por escripto, que no dia seguinte pelas dez horas estariam á porta do Paço d[a] Assembléa trez coches da Casa Impe[r]ial para conduzirem a Deputação da Assembléa a S[ua] M[ajestade] I[mperial]; a qual seria acompanhada por uma Guarda da Cavallaria, para o que estavam pas[s]adas as ordens competentes. [...]

Disse o S[enho]r Presindente que lhe pareciam horas de passar a Assembléa á Cappella Imperial para assistir á Missa do Espirito Santo; e sendo apoiados, levantaram-se todos os S[enho]r[e]s Deputados, e saindo em corporação pela porta principal do Paço da Assmbléa ás dez horas e quarenta minutos, entraram no grande estrado, que ia daquella porta até a Imperial Capella; o qual se achava acober[t]ado, de tapetes, e guarnecido de um e de outro lado de teas de damasco, ao pé das quaes estava aninhado innumeravel Povo. Muitas janellas d[as cas]as visinhas, e todas as do Palacio Imperial estavam ornadas de damasco e veludo, assim como o frontespicio da Capella, onde finos galões de oiro davam á armação

mais elegancia, e [os]tentavam maior riqueza. À porta da Capella Imperial estava postada uma guarda de honra, de um dos Regimentos de Infantaria de Milicias desta Corte, no maior aceio; a qual na passagem do Corpo Legislativo fez as devidas continencias Militares, executando a Musica Regimental, que tomou lugar no coreto levantado á direita da entrada da mesma Capella, peças escolhidas. Ao entrarem os S[enho]r[e]s Deputados na Capella, rompeo todo o instrumental uma excellente symphonia: entretanto tomaram os S[enho]r[e]s Deputados os lugares, que lhes estavam antecipadamente preparados na Capella Mór, em duas archibancadas, forradas de damasco e tapetadas de panno verde; as quaes correspondiam bem ao aceio da armação, de que estava coberta toda a Igreja. Não tardou muitos momentos que apparecesse paramentado o Ex[celentíssi]^{mo} e R[everendíssi]^{mo} Bispo Capellão Mór, acompanhado dos Mensenhores da Capella Imperial, e do Cabido; o qual celebrou o incruento Sacrificio da Missa; sendo a Musica regida pelo nosso insigne José Mauricio, e composta por Antonio dos [Santos] Cunha, natural da Provincia de Minas, o qual acaba de mostrar que não he só a Italia quem produz grandes engenhos naquella Arte.

Consumado o Sacrificio da Missa, levant[ou] o Ex[celentíssi]^{mo} e R[everendíssi]^{mo} Bispo Capellão Mór o Hymno — Veni Creator Spiritus — que foi cantado alternadamente pelos Musicos, e Cantores da Capella Imperial. Findo o Hymno, conduziram para defronte do solio Episcopal uma credencia coberta de veludo, sobre a qual estava o Livro dos Santos Evangelhos; e pondo-se ao lado da credencia o S[enhor] Secretario, desceo do Solio o Excellentissimo e R[everendíssi]^{mo} Bispo Capellão Mór, poz a sua mão direita sobre o dito Livro, e de joelhos deo em alta voz o tremendo juramento pela forma, em que publicamos em o N[úmer]o 88, nas mãos do Decano do Cabido, e passou depois a recebel-o sucessivamente dos outros S[enho]r[e]s Deputados [...] Concluido isto, entoou o mesmo Ex[celentíssi]^{mo} e R[everendíssi]^{mo} Bispo Capellão Mór o Hymno — Te Deum — com que terminou tão religiosa, como respeitavel cerimonia [...]

119

Fonte: Imperio do Brasil. *Diario do Governo*. Rio de Janeiro, 03 mai. 1823, v. 1, n. 99, p. 476, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706752/476>.

- 1823 mai. 06 — Antônio dos Santos Cunha assume seu apoio político à Marinha de Guerra através de uma subscrição voluntária:

Continuação da Subscrição voluntaria, e mensal para augmento da Marinha de Guerra do Imperio do Brasil

Accções mensaes.

[...]

Antonio dos Santos Cunha 2

Fonte: Imperio do Brasil. *Diario do Governo*. Rio de Janeiro, 06 mai. 1823, v. 1, n. 101, p. 492, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706752/492>.

- **1823, 16 mai.** — Dez dias após a divulgação da missa (03 mai. 1823), Antônio dos Santos Cunha retifica publicamente que, embora houvesse elaborado sua Missa dedicada ao Imperador D. Pedro 1, nesse dia não foi executada, sendo substituída por outra:

Senhores Redactores.

Lendo no Diario do Governo n[úmer]o 99 a elegante Discripção do Ceremonial para o juramento da nossa Assembléa Geral no dia 1º do Corrente Maio; e vendo, que equivocadamente se menciona ter sido composta a Musica da Missa por Antonio d[os] Santos Cunha, natural da Provincia de Minas, me apresso arrearpar este engano, que a delicadeza rejeita, e o amor da verdade desaprova: sendo certo, que tive a honra de Offerecer a S[ua] M[ajestade] I[mperial] uma M[is]sa, cuja Dedicatoria lhes envio na esperança de que achará um logar no seu excellente Periodico, com tudo não me posso lisongear, de que fosse a escolhida para aquelle tão solemne Acto, por ser incompativel com os trabalhos desse dia, [e] o tempo que ella exige para a sua execução.

Approveito esta occasião de lhes significar a minha consideração, e estima como — Seu Muito attento Venerador e Obrigadissimo Criado — Antonio dos Santos Cunha

Fonte: Imperio do Brasil. *Diario do Governo*. Rio de Janeiro, 16 mai. 1823, v. 1, n. 109, p. 599, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706752/539>.

- **1823, 02 jul.** — Antônio dos Santos Cunha é indicado entre os militares lotados na 4ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Cívica do Rio de Janeiro:

Continuação da Relação das Praças, que se acham destribuidas por Companhias do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Civica.

Quarta Companhia [...] [quebra de página, p. 9] [...]

Antonio dos Santos Cunha

Fonte: Imperio do Brasil. *Diario do Governo*. Rio de Janeiro, 02 jul. 1823, v. 2, n. 2, p. 8–9. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706752/749>.

- 1823, 21 set. — Falecimento de Cecília, filha de Antônio dos Santos Cunha, com quatro anos de idade, no Rio de Janeiro:

Aos vinte hum dias do mez de Setembro de mil oito centos, e vinte tres nesta Freguezia do Sacramento, e rua da Alfandega faleceu a innocente Cecilia Augusta Laucense, filha legitima de Antonio dos Santos Cunha, e de Dona Elena Sofia Laucense foi amortalhada de Conceição, incomendada pelo Reverendissimo Conego Cura, e seis Sacerdotes nesta Freguezia, onde foi sepultada: de que fis este assento, que assignei = o Coadj[ut]^{or} Joze Simoens da Fonseca

Fonte: Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. *Óbitos*. Rio de Janeiro, 1819, f. 147r. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4626422, fot. 366, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8T-RY6K?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1824, 02 ago. — Batizado de Januário, filho de Ana Maria Angola, escrava de José Pedro de Carvalho, em que constam como padrinho Antônio Rebolo, escravo de Angélica de Oliveira Rosa, em São João del-Rei:

Aos dois de Agosto de mil oito centos e vinte quatro nesta Matris de NoSa Senhora do Pilar de Sam João d'El Rey o Reverendo Francisco Antonio da Costa de licença Baptizou e pôs os Santos Oleos a Januario filho natural de Maria Angola escrava de Joze Pedro de Carvalho Padrinho[s] Antonio Ribolo escravo de Dona Angelica de Oliveira Roza e Joanna de Roza de Medeiros solteiros desta Freg[uesi]^a

121

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 11, v. 1. São João del-Rei, 1819, f. 114r. Family Search, rolo 4016079 fot. 348, disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-6QSR-WV?view=index&cc=2177275&lang=pt&groupId=M9S9-HZZ>.

- 1825 — Antônio dos Santos Cunha exerce o cargo de escrivão da Fábrica de Pólvora do Exército,³⁹ no Rio de Janeiro:

Escrivaõ da Fabrica da Polvora.

Antonio dos Santos Cunha, rua dos Ferradores

³⁹ Provavelmente se refere à Real Fábrica de Pólvora situada na Lagoa Rodrigo de Freitas (atual Jardim Botânico). Criada em 1808 na sequência da vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, tinha o propósito de suprir a demanda militar. Manteve-se em atividade nessa localidade até 1831.

Fonte: *Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1825*. Rio de Janeiro, 1824, p. 265. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/708810/1161>.

- 1825, 13 jun. — Antônio dos Santos Cunha é mencionado como apoiante na “comissão de homens Literatos, e Artistas” para edificar uma estátua equestre de bronze em homenagem ao imperador D. Pedro I:

COPIA DA ACTA EXTRAORDINARIA DO DIA 13 DE JUNHO DE 1825

Aos treze dias do mez de Junho de mil oitocentos e vinte cinco, nesta muito Heroica, e Leal Cidade do Rio de Janeiro em as Casas do Conselho do Campo da Acclamação, onde se achavão reunidos o Desembargador Presidente, Vereadores, e Procurador do Senado desta Capital, assim como os Cidadãos abaixo [ass] ignados, para effeito de se deliberar hum Monumento Publico a SUA Magestade IMPERIAL, que faz[e]ndo chegar á mais remota Idade os Altos Feitos do Mesmo Augusto SENHOR a prol da Liberdade, e Independencia Brasilica, sirva ao mesmo tempo de publico testemunho da nossa gratidão: e sendo ahí a proposta do Presidente, foi unanimemente decidido, que se inaugurasse huma Estatua Equestre de bronze ao Mesmo Augusto SENHOR; que se supplicasse reverentemente ao Mesmo SENHOR para Dignar-se indicar o lugar, onde se deve levantar este Monumento; que para obte[r] os fundos necessarios para tão Augusta Empresa, se abra huma subscrição voluntaria em todo o Imperio, encarregando-se o Senado de entender-se sobre este objecto com as mais Camaras, que sem duvida, attento o seo reconhecido zelo, e patriotis[mo] se prestarão de bom grado; que fiquem á direcção do mesmo Sen[ad]o os detalhes particulares, mas que deverá nomear huma comissão de homens Literatos, e Artistas para formar o Plano, para a approvação do qual se convocará outra Camara Geral, e que este Monumento seja feito no Paiz, e por Artifices Nacionaes, podendo ser; que estes fundos d[e]vem entrar nos Cofres do Banco Nacional á disposição do Senado, para hir sacando Letras á proporção que se forem fazendo as despesa[s]; que o modo e maneira, por que se deve fazer a Subscrição nesta Cidade, e seo Termo fica a cargo do Senado: do que tudo para constar mandou lavrar a presente Acta Extraordinaria, em que todos assignarão e eu Francisco Pereira de Mattos o escrevi. —

[...] [quebra de página, p. 4] [...] Antonio dos Santos Cunha.

Fonte: *Cópia da acta extraordinaria do dia 13 de junho de 1825*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825, 4 p. Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/3/9/d/39d46eb10495>

[4d628dff974ea53f247db49bf565d47b929e00d5f17ef1d909ec/BR_BAAPEB_CIBB_ATN_023_023.pdf](https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-4QKH?lang=pt).

- 1826, 25 jan. — Nascimento de Albino Agnello, décimo filho de Antônio dos Santos Cunha, no Rio de Janeiro:

Aos vinte cinco dias do mez de Janeiro de mil oito centos e vinte seis nesta Freguezia do Sacramento da Sé, baptizou, e pôs os Santos Oleos o Reverendo Coadjutor Joze Joaquim da Costa Mayrink ao innocente Albino Agnello Lassence, e Cunha, filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha, natural de Meia-Ponte de Goiaes, Freguezia da Senhora do Pillar, e de Dona Elena Sophia Laucense, e Cunha, natural da Freguezia de Santa Izabel da Cidade de Lisboa neto pela parte Paterna de Antonio dos Santos Cunha, e de Dona Angelica de Oliveira Roza, e pela Materna de Carlos Laucesse, e de Dona Cecília Augusta da Silva Arnaut forão Padrinhos o Brigadeiro Commissario Geral Albino Gomes Guerra de Aguiar, e Dona Anna Francisca de São Joze, por Procuração que apresentou Agostinho Thomás de Aquino⁴⁰: nasceo a quatorze de Dezembro do anno passado de que fis este assento, que assignei = O Coadj[ut]^{or} Joze Simoens da Fonseca

Fonte: Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. *Batismos*. Rio de Janeiro, 1824, f. 6or. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4009035, fot. 69, disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-4QKH?lang=pt>.

123

- 1826, 21 abr. — Antônio dos Santos Cunha transmite, em nome da Câmara de São João del-Rei, os valores arrecadados para a construção da estátua de D. Pedro I:

RIO DE JANEIRO

Numero quatro — A folhas 239 verso do livro nono de entradas e sahidas de dinheiro que no presente anno servio com o Deputado Thezoureiro Geral do Banco do Brasil Thomé Ribeiro de Faria, lhe fica lançada em receita a quantia de 383\$880 r[éis], que recebeu de Antonio dos Santos Cunha, quantia que lhe foi remettida por Antonio Fernandes Moreira, Thezoureiro recebedor da subscrição para a erecção da Estatua de S[ua] M[ajestade] o Imperador, a cargo da Camara de S[ão] João d'El Rei da Provincia de Minas Geraes, cuja importancia fica á disposição do Ill[ustrissi]mo Senado da Camara desta Corte. De como recebeu a referida quantia assignou commigo Escrivão da Thezouraria Geral do mesmo o presente conhecimento de recibo. Rio de Janeiro 21 de Abril de 1826. — Joaquim Pedro de Mira. — Thomé Ribeiro de Faria. — Lançado — Rangel

⁴⁰ Sobrinho de Santos Cunha, descendente de sua irmã Ana Francisca.

Está conforme. — Joaquim José de Castro

Fonte: Império do Brasil. *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1826, a. 7, n. 115, p. 458. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706744/1637>.

- 1827 — Antônio dos Santos Cunha é mencionado como atuante em duas funções administrativas distintas. A primeira, como escrivão da Fábrica de Pólvora do Exército, e a segunda, como encarregado da contabilidade da Câmara do Rio de Janeiro:

FABRICA DA POLVORA.

Escrivão.

Antonio dos Santos Cunha, r[ua] da Alfandega [...]

[quebra de página, p. 380]

ILLUSTRISSIMO SENADO DA CAMARA [...]

[quebra de página, p. 381] [...]

Encarregado da Contabilidade.

Antonio dos Santos Cunha, r[ua] dos Ferradores

124

Fonte: *Almanak do Rio de Janeiro para o Anno de 1827*. Rio de Janeiro, 1827, p. 213, 380–381. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/708810/2198>.

- 1827, 18 mai. — Falecimento de Albino, filho de Antônio dos Santos Cunha, com dois anos de idade, no Rio de Janeiro:

Aos dezoito dias do mez de Maio de mil oito centos, e vinte sette nesta Freguezia de Sam João Baptista na Alagoa faleceu no Bottafoço⁴¹ o inocente Albino Agnello filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha, e de Dona Ellenna Sofia LaSance, foi amortalhado [no hábito] de Sam João Evangellista, encommendado por mim, e sepultado nesta Matriz: de que fiz este aSento, que aSigney = O Vig[á]^{[i]o} Encomm[enda]^{do} Joze Joaquim da Costa Mayrink

Fonte: Paróquia de São João Batista da Lagoa. *Óbitos*. Rio de Janeiro, 1809, f. 31v. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4003294, fot. 37, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8L-TS4X?lang=pt&cid=fs_copy.

⁴¹ A Igreja de São João Batista da Lagoa situa-se entre a Fábrica da Pólvora, nas proximidades da Lagoa Rodrigues de Freitas, e a Rua dos Ferradores e do Comércio.

- 1827 — Antônio dos Santos Cunha ingressa na Ordem de Cristo, organização honorífica cujo *status* de hábito remetia tanto a uma seleção privilegiada de serviço à Coroa como excludente a outras realidades religiosas, morais e étnicas:

Antônio dos Santos Cunha Encarregado da Contabilidade Hábito da Ordem de Cristo (1827)

Fonte: Rossato, 2007, p. 138–139.

- 1827, 01 out. — Antônio dos Santos Cunha recebe a atribuição da distinção da Ordem de Cristo, no Rio de Janeiro:

DECRETO agraciando com o grau de Hábito a: Clemente de Melo Pereira e Sampaio; Bernardino Xavier Coutinho; Antônio dos Santos Cunha

Fonte: *Decreto Imperial*. Rio de Janeiro, 1827. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, código BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7871694, disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2106962&v_aba=1.

- 1829 — Antônio dos Santos Cunha é novamente mencionado como escrivão da Fábrica de Pólvora do Exército e como encarregado da contabilidade da Câmara do Rio de Janeiro:

SECRETARIA DA INTENDENCIA [...]

[quebra de página, p. 85] [...]

FABRICA DA POLVORA.

Escrivão

Antonio dos Santos Cunha, Rua dos Ferradores. [...]

[quebra de página, p. 183] [...]

ILLUSTRISSIMO SENADO DA CAMARA [...]

[quebra de página, p. 184]

Encarregado da Contabilidade.

Antonio dos Santos Cunha, rua d[a]’ Alfandega.

Fonte: *Almanak Imperial do Commercio e das Corporações Civis e Militares do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, a. 2, 1829, p. 84–85, 183–184. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706183/181>.

- 1829, 23 nov. — Batizado de Ana, filha de uma escrava de Angélica de Oliveira Rosa:

Aos vinte e tres de Novembro de mil oito centos e vinte e nove annos nesta Igreja Matris de NoSa Senhora do Pilar da Villa de São João de El Rey o Reverendo Coadjutor Joaquim José de Soiza Lira Baptizou solemnemente e pôz os Santos [óleos] a Anna Inn[o]cente filha de [espaço em branco] escrava de Dona Angelica de Oliveira Roza a qual perante as testemunhas abaixo assignadas disse, q[ue]’ de sua livre vontade dava esta Innocente Anna, a sua Neta Maria Thomazia; forão Padrinhos José Rodrigues Vianna, e sua mulher Donna Maria Caetana todos desta Freguesia

Fonte: Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar. *Batismos*, t. 11, v. 3. São João del-Rei, 1829, f. 263r. Family Search, rolo 4016079 fot. 652, disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-6QSR-WV?view=index&cc=2177275&lang=pt&groupId=M9S9-HZZ>.

- 1829, 12 dez. — Antônio dos Santos Cunha se manifesta publicamente sobre a não promoção de seu filho, Guilherme Carlos, para o cargo de primeiro tenente da Marinha:

CORRESPONDENCIAS.

S[e]n[ho]r Redactor.

Pelo dedo se conhece o Gigante. Rogo lhe a favor de fazer inserir na sua estimavel Folha, o Requerimento incluso, e distribuir com a mesma os documentos a que elle se refere, com o que muito obrigara ao seu attencioso Amigo

Antonio dos Santos Cunha.

SENHOR.

Antonio dos Santos Cunha, profundamente magoado pela preterição manifesta, que acaba de soffrer seu filho Guilherme Carlos Lacense e Cunha 2º Tenente da Armada Nacional, e Imperial na Promoção, que baixou com o Imperial Decreto de 18 do passado, e conhecendo o quanto V[ossa] M[ajestade] I[mperial] Se Disvela em Sustentar illesas a Rectidão, e a Justiça entre os seus felices Subditos, vem elle, Senhor, depôr submissa, e respeitosamente aos Pés do Augusto Throno de V[ossa] M[ajestade] I[mperial] os Documentos, pelos quaes V[ossa] M[ajestade] Conhecerá, que houve preterição a respeito do dito seu filho, na honrosa carreira, a que com tanto afinco se tem dedicado.

O Documento nº 1 mostra a antiguidade no serviço da Armada desde 6 de Novembro de 1823.

O de nº 2, que elle foi promovido a 2º Tenente em 17 de Fevereiro de 1827 juntamente com outros, e entre estes Diogo Taylor, e João Nepomuceno de Menezes, todos com a clausula de não passarem a outro posto, emquanto não apresentassem Carta de Piloto, ou de approvação, permitindo se-lhes, que a satisfizessem, passando pelo competente exame.

Os Documentos nº 3 e 4 mostram que estes não satisfizerão semelhante clausula, nem por apresentação de Carta, nem pelo competente exame.

O de nº 5, que o filho do Supplicante a satisfez, peitando-se legalmente habilitado a seguir os Postos desde 15 de Dezembro de 1828.

O de nº 6, que Diogo Taylor, e João Nepomuceno de Menezes (1) sem terem prebendada aquella clausula forão Despachados Primeiros Tenentes, entretanto que o filho do Supplicante, preenchendo-a, foi por elles preterido.

O de nº 7 finalmente mostra, que o seu actual Commandante lhe acha muita intelligencia, actividade, e Subordinação.

À vista disto, Senhor, quem deixará de reconhecer a justiça que assiste ao Supplicante!

Elle tem em seu favor a Carta de Lei de 1 de Abril de 1796 § 18 que expressamente manda preferir nas Promoções os Officiaes de Patente immediata, que tiverem o Curso Militar da Marinha.

Tem a Resolução de 5 de Novembro do mesmo anno, que em igualdade de merecimentos, e de embarques, manda preferir os que tiverem mais profundos conhecimentos theoricos, adquiridos na Universidade de Coimbra, ou nas Aulas da Marinha. (2)

E tem o mesmo Decreto de 13 de Novembro de 1800, que nas Promoções Ordena, que tres quartas partes dos Propostos, o sejam pela antiguidade, rigorosamente observada, e huma quarta parte pelo merecimento distincto, expondo o Conselho as Causas, porque são propostos os mesmos Officiaes com huma tão particular consideração: pois que o dito seu filho nas importantes Commissões, e repetidos embarques (8), apenas interrompidos, durante o tempo exigido pela Lei para o[bt]er o Curso completo da Academia, não tem huma só nota, por onde se possa contestar o seu distincto merecimento, antes muita intelligencia, actividade, e Subordinação, como mostra o precitado Documento nº 7.

Apezar de tudo o filho do Supplicante foi ferido de huma preterição, e em que momento, Senhor! No momento, em que o Coração de V[ossa] M[ajestade] I[mperial], transbordando de jubilo, não podia despender, senão Graças: no momento em que os seus fieis Subditos, èbrios de prazer pelo faustissimo, e abençoado Consorcio de V[ossa] M[ajestade] I[mperial] com a Excelsa, e Augusta Princeza, hoje nossa Adorada Imperatriz, não podião receber, senão beneficios (4); acrescendo mais ter tido o filho do Supplicante a ventura de fazer parte da Armada, que acompanhou SS[ua] MM[ajestade] a Imperatriz, e a Rainha de

Portugal, servindo na Curveta Maria Izabel, que se adiantou para ser a mensageira desta feliz noticia.

Por todas estas razões, e por muitas outras (5) que a estreiteza de huma supplica não permite aqui desenvolver, o Supplicante [h]umildemente implora de V[ossa] M[ajestade] I[mperial] a Graça, e a Justiça de Promover o dito seu Filho Guilherme Carlos Lacense e Cunha, 2º Tenente da Armada ao Posto de 1º Tenente, Mandando contar sua antiguidade da data do Decreto de 18 de Outubro antecedente — E R[eceberá] M[ercê] (6)

(1) Cumpre advertir que este S[e]n[ho]r João Nepomuceno de Menezes he cunhado do S[e]n[ho]r ex-Ministro Alvim. Agora o que não posso explicar he, como o S[e]n[ho]r Cunhado, matriculando-se de Paisano no 1. anno Mathematico em 1825, e 1826, e não chegando a fazer exame, no de 25 por não comparecer a tirar ponto, e no de 26 por commetter 143 faltas sem causa (Documento nº 4), com o que, segindo a lei, ficou desde logo expulso da Academia, appareceo dahi a poucos mezes despachado 2. Tenente (Documento nº 2.) com huma clausula, que já tinha mostrado, não poder satisfazer. Nem que a Academia da nossa Marinha fosse plantada no Japão, haveria tão pouca noticia na Secretaria de Estado, do que por lá se passou.

(2) As Leis marcão hum caminho, o S[e]n[ho]r Alvim segue o opposto.

128

(2[3]) Ao primeiro, e segundo bloqueio de Pernambuco; d'ali a differentes portos da Costa ao Norte do Brasil; á Inglaterra; e de volta, á Bahia, acompanhando S[ua] M[ajestade] o Imperador, em cujas commissões gastou quasi trinta mezes. E depois dos Estudos da Academia, a Monte Video, outra vez á Inglaterra, e agora para a França;

(4) Meu filho recebeo do S[e]n[ho]r Alvim huma violencia, em que lhe tirou honra e fazenda: não posso olhar de outra sorte huma preterição mal merecida; e em que ocasião?

(5) O despacho de outros muitos Segundos Tenentes mais modernos, do que meu filho, e entre estes hum F. ... corramos huma esponja a tristes recordações.

(6) Este requerimento foi entregue ao S[e]n[ho]r Alvim á 19 de Novembro passado. Sua Senhoria, reconhecendo a injustiça que fizera de vontade, ou sem ella, prometteo repara-la por hum addicionamento á Proposta de 18 de Outubro: fiquei descansado até que S. S. deixou a pasta, e o negocio ficou na mesma figura. Não importa, alguém me fará justiça. Entretanto não se attribua a isto rancor que eu tenha ao S[e]n[ho]r. Alvim; elle teve o gosto de fazer o que quiz da minha justiça; eu tenho o triste desabafo de contar o que elle fez. O Publico ajuize.

Fonte: Astréa. *Correspondências*. Rio de Janeiro, 12 dez. 1829, n. 508, p. 2.448–2.449. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/749700/2132>.

- 1830 — Antônio dos Santos Cunha, na função de encarregado da contabilidade da Câmara do Rio de Janeiro, indica credores relacionados às obras e festividades públicas a serem realizadas naquele ano:

Credores = parecer da comissão de contas sobre fornecimento madeiras para obras do “Senado da Câmara” e de cera p[ara as] festividades e ofício de Antônio dos Santos Cunha, empregado da contabilidade sobre uma lista de credores da Câmara Municipal.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Índice de Documentação Textual*, v. 3, p. 25, disponível em: http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/indices/indice_vol_3.pdf.

- 1830, 20 mar. — Manifesto de Antônio dos Santos Cunha na sequência da promoção de seu filho Guilherme Carlos para o posto de primeiro tenente da Armada Nacional e Imperial:

S[e]n[ho]r Redactor.

Ainda huma vez o incommodo para fazer o favor de inserir o incluso. Documento na sua estimavel Folha.

Ella foi o órgão, por onde fiz público, o que se possou no Ministerio do S[e]n[ho]r. Alvim, relativamente á preterição de meu filho. Justo he, que tambem o seja do resultado que teve este negocio no Ministerio do Il[ustrissi]m[o] e Ex[celentissi]m[o] S[e]n[ho]r Marquez de Paranaguá.

O Documento por si mesmo o manifesta, e he o maior elogio á imparcialidade deste Ministro, Sabio em todo o rigor da palavra, á rectidão do Supremo Conselho de Guerra, e por cumulo, hum irrefragavel testemunho da Indefectivel Justiça de S[ua] M[ajestade] I[mperial] e C[onstitucional] Nosso Bem-amado Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo, quando Aconselhado por Ministros dignos de tão alta honra.

Sou, Senhor Redactor, seu Amigo e Patricio

Antonio dos Santos Cunha

S[ecretaria da] C[apitania] 19 de Março de 1830.

Nesta Secretaria se acha a Consulta de que o Supplicante faz menção, feita sobre hum seu requerimento, em que pedia ser indemnizado da pretirição que soffrera seu filho Guilherme Carlos Lacense e Cunha, pelos Segundos Tenentes Diogo Tailor, e João Nepomuceno de Menezes; por estes haverem sido promovidos, junto com o filho do Supplicante a Segundos Tenentes, por Promoção de 17 de Fevereiro de 1827, com a clauzula de não passarem a outro Posto, em quanto não apresentassem carta de Piloto, ou de approvão; e que não tendo aquelles

Supplicados prehenchido aquella condição, forão não obstante, promovidos a Primeiros Tenentes, pela promoção de 18 de Outubro de 1829; quando o filho do Supplicante a havia satisfeito desde 15 de Dezembro de 1828, achando-se desde então habilitado a seguir todos os Postos; não havia sido contemplado na sobre mencionada Promoção; ao que Attendendo Sua Magestade O Imperador: Houve por bem por Sua Immediata Resolução de seis do corrente mez de Março, Promover o predito filho do Supplicante ao Posto de Primeiro Tenente d[a] Armada Nacional e Imperial, contando a adequidade delle, desde a data da sobremencionada Promoção de 18 de Outubro de 1829. He o que consta sobre esta pertença, a que me reporto. Secretaria do Conselho Supremo Militar 17 de Março de 1830. — Antonio Rafael da Cunha Cabral.

Fonte: Astrea. *Correspondências*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1830, n. 547, p. 2.603–2.604. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/749700/2289>.

- 1830, 14 set. — Batismo de Francisco, décimo primeiro filho de Antônio dos Santos Cunha, no Rio de Janeiro:

Aos tres dias do mes de Septembro de mil oito centos, e trinta, e hum nesta Freguezia do Sacramento da Sé baptizei, e pôz os Santos Oleos ao innocente Francisco, filho legitimo de Antonio dos Santos Cunha, natural de Minas, e de sua mulher Dona Elena Sofia LaçanSy, Cunha, natural de Lisboa; forão Padrinhos Francisco Teixeira Machado, e D[ona] Maria Thomazia Firmina da Paixão por Procuração, que apresentou o Doutor Agostinho Thomas d[e] Aquino: nasceu a quatorze de Septembro de mil oito centos, e trinta de que fiz este testamento, que asignei = O Coadj[ut] or Joze Simoens da Fonseca

Fonte: Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. *Batismos*. Rio de Janeiro, 1830, f. 91v. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4009035, fot. 462, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-F53L?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1830, 19 nov. — Falecimento de Antônio dos Santos Cunha no Rio de Janeiro, sendo acompanhado pela Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula:

Aos dezenove dias do mez de Novembro de mil oito centos e trinta nesta Fréguezia do Sacramento da Sé, e Rua dos Ferradores faleceu com todos os Sacramentos Antonio dos Santos Cunha, cazado com D[ona] Helena Sofia Lassanse: foi amortalhado em Habito da Ordem Terceira dos Minimos de Sam Francisco de Paula, acompanhado em Andor para a mesma Ordem, onde de licença minha foi

*encommendado, e sepultado: de que fiz este assento, que aSignei :/: O Con[eg]^o
Cura Joze Luiz de Freitas*

Fonte: Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. *Óbitos*. Rio de Janeiro, 1830, f. 18r. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4626423, fot. 390, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X85-8ZMT?lang=pt&cid=fs_copy.

- 1836 — Testamento de Angélica de Oliveira Rosa, mãe de Antonio dos Santos Cunha:

Eu Angelica de Oliveira Roza filha legitima de Joze de Oliveira Guim[arã]^{es}, e de Antonia de Souza Caldas ja falecidos nascida e Baptizada na Villa de Sabara, e hoje moradora nesta de S[ão] João de El Rey Solteira, e ao prezente me acho gravelmente inferma mas em meu perfeito Juizo que Deos me deu Ordeno meu testamento da maneira Seguinte = Nomeio por meos testamenteiros em primeiro lugar as minhas Netas Maria Thomazia da Paixão, e Feliciana Joaquina do Espírito Santo fazendo ambas hum Só Corpo, ou cada huma em Separado, = em Segundo lugar a Francisco de Paulla de Alm[eĩ]^{dª} Mag[alhã]^{es}, e em terceiro e ultimo lugar a Sabino de Alm[eĩ]^{dª} Mag[alhã]^{es} Sussedendo huns aos outros Conforme esta nomiação, e todos São abonados, com o tempo de quatro annos para a Conta, cem mil reis de premio. Meu Corpo amortalhado em habito de São Fran[cis]^{co}, de cuja Ordem Sou Irmã Professa Sera acompanhado pello meu R[everen]^{dº} Parocho, e mais oito Sacerdotes, que todos me dirão Missa de Corpo prezente pella esmola de mil duzentos e oitenta reis a Cada hum, e ahy na m[es]^{ma} Ordem Sepultado. Meu t[estamen]^t[eĩ]^{ro} dara de esmola a Roza filha do falecido Antonio Mendes Barreto Seis mil reis, e aSim mais Oito esmollas de Seis centos [quebra de página, f. 3v] Centos reis a oito Cazas probres; E bem aSim dara de esmola a Irman[da]^{dª} do Santissimo Sacram[en]^{to} desta V[il]^a a q[uan]^{tia} de dezaSeis mil reis p[ar]^a o adjutorio das Suas Obras de Cuja Irman[da]^{dª} Sou Irmán. Declaro que devo a meos Netos filhos de m[inh]^a filha Anna Fran[cis]^{ca} quinhentos e cincoenta e hum mil e quatro centos reis provenientes das terças partes do Rendim[en]^{to} das quitandas, em que ella foi interessada, e eu não lhes paguei, e de applicação p[ar]^a pagam[en]^{to} destas Cazas, em que morão, tudo acontecido depois da Sua Viuvez. Declaro que logo que nasseu Manoel pardo filho de m[inh]^a escrava Candida eu o dei a m[inh]^a Neta Feleciana, e Sera incortado a m[esm]^a terça no valor de quarenta mil reis porque ella foi q[ue]^m o Criou, e tem pençado, e pela m[es]^{ma} razão dei outra Cria por nome Anna filh]^a da m[es]^{ma} m[inh]^a escrava Candida a m[inh]^a Neta Maria Thomazia pella m[es]^{ma} q[uan]^{tia} de quarenta mil reis. Declaro que não deixo lavrados de oiro, nem prata porq[ue]^r de tudo percizei, e dispus p[ar]^a dividas a que estava obrigado. Declaro que dei a meo filho Ant[oni]^o dos Santos Cunha dois escravos a Saber Joze Crioulo Official de Çapateiro de idade de dezoito annos, e Marianno Mofumbe

131

da m[es]^{ma} idade pouco mais ou menos. Instituo herdeiras do restante de m[inh]^a terça m[inh]^{as} Netas Maria Thomazia, e Feliciano Joaq[ui]^{na}. Meos escravos Antonio preto, Ritta, e Candida ambas pardas Servirão depois de [quebra de página, f. 4r] Depois de meu falescim[en]^{to} a meos herdeiros hum anno, findo o qual Serão forros e libertos de toda a escravidão por Serem os que me ajudarão a Subsistir, e a todos os meos Netos. Tive dois filhos naturais Anna Fran[cis]^{ca} Cazada com Joze Thomas de Aquino, e Ant^[ôni]o dos Santos Cunha Cazado com D[ona] Elena, os q[uai]^s dois meos f[ilh]^{os} São falescidos, e deixarão filhos, que São os herd[ei]^{ros} das duas partes dos bens que por m[inh]^a morte forem dados a Inventario.

Fonte: Comarca do Rio das Mortes. *Testamento de Angélica de Oliveira Rosa*, 1840, f. 4r. São João del-Rei, Arquivo Histórico de São João del-Rei (Escritório Técnico do IPHAN), cx. 115.

- 1845, 07 jan. — Falecimento de Helena Sofia Lassance e Cunha, esposa de Antônio dos Santos Cunha, no Rio de Janeiro, com cinquenta e quatro anos, depreendendo seu ano de nascimento 1791:

Aos sete dias do mes de Janeiro de mil oito centos e quarenta e cinco nesta Freguezia do Sacramento da Sé rua da Alfandega N^[o] 341 faleceu com todos os Sacramentos Dona Elena Sofia LaSance Cunha idade cincoenta e quatro annos, natural de Lisboa, viuva, livre, de tuberculos pulmonares: foi amortalhada em seos vestidos preto, incomendada por mim, e cinco Sacerdotes, e sepultada nesta Freguezia para onde foi acompanhada em Andor; de que fiz este assento, que assignei. O Coadj[ut]^{or} Manoel da Silva Lopes

Fonte: Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. *Óbitos*. Rio de Janeiro, 1843, f. 88r. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Family Search, rolo 4004082, fot. 100, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8L-LPWF?lang=pt&cid=fs_copy.



Referências

- Aguiar, Albino Gomes Guerra. “Declarações”. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 22, p. 1, 27 set. 1824.
- Almeida, Patrícia et al. “Retrato de uma velha senhora: a contabilidade em Portugal nos séculos XVIII e XIX”. *International Conference in Accounting and Finance Innovation*, III., 2022, Aveiro. *Anais [...]*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/373491327>. Acesso em:
- Araújo, Manoela Vieira Alves de. *Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José del Rei (1716–1804)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2013.
- Assis, Ana Claudia et al. “Música e História: desafios da prática interdisciplinar”, in: Budasz, Rogério (org.). *Pesquisa em Música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas*, v. 1. Goiânia: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2009. p. 5–39.
- Barbosa, Elmer Corrêa. *O Ciclo do Ouro, o tempo e a música do barroco católico: catálogo de um arquivo de microfilmes, elementos para uma história da arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Xerox do Brasil, 1978.
- Bassanezi, Maria Silvia Casagrande Beozzo. “Famílias em movimento; cônjuges e compadres; São Paulo (Brasil) 1890–1930”, in: Ghirardi, M. Mônica; Chacón Jiménez, Francisco (Eds.). *Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos*. Córdoba: Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad, 2010. p. 243–273.
- Berkvens, A. M. J. A. *Plakkatenlijst oberkwartier (1665–1794)*, v. 2. Nijmegen: Gerard Noodt, 1992.
- Binder, Fernando Pereira. *Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808–1889*. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2006.
- Boiteux, Lucas Alexandre. *A Escola Naval (seu histórico) 1761–1937*, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.
- Bonds, Mark Evan. *Absolute music: the history of an idea*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.
- Brandão, Luigi. “Biografia musical e musicologia: revendo premissas e traçando caminhos”. *Nas Nuvens... Congresso de Música*, VI., 2020, Belo Horizonte. *Anais*

[...]. Belo Horizonte: 2020. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/nasnuvens/wp-content/uploads/sites/5/2020/11/2020-BRANDAO-Luigi.pdf>. Acesso em:

Brügger, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

Budasz, Rogério. *Teatro e música na América Portuguesa: convenções, repertório, raça, gênero e poder*. Curitiba: DeArtes, 2008.

Câmara dos Deputados. *Collecção das leis do Imperio do Brazil (1830)*, v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

Câmara dos Deputados. *Collecção das leis do Império do Brasil (1822)*, v. 2. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1887.

Campos Neto, Adhemar. “A flauta transversal, a clarineta e o piston na obra musical do padre José Maria Xavier”. *Revista da Tulha*, v. 9, n. 2, p. 9–133, 2023.

Cardoso, António Manuel Monteiro. *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820–1834): o povo e as elites*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7115/1/Tese%20de%20Doutoramento.pdf>. Acesso em:

134 Carmo, Jonatha Maximiniano do. *Uma perspectiva crítico-racial da História da Música Brasileira (1926) de Renato Almeida*. Tese (Doutorado em Música). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2022.

Castagna, Paulo (org.). *Antônio dos Santos Cunha (fl. 1775–1822)*, v. 4. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2011.

Coelho, Eduardo Lara. *Coalhadas e rapaduras: estratégias de inserção social de músicos negros em São João del-Rei (século XIX)*. Resende Costa: Associação dos Amigos da Cultura de Resende Costa, 2014.

Conselho De Estado. “Resolução da Assembleia Legislativa”, in: Rodrigues, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado (1823–1834)*, v. 2. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1823. p. 162.

Correia, Luis Miguel Tomé. *Bandas e músicos militares em Portugal: do século XIX ao XXI*. Dissertação (Artes Musicais). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

Cranmer, David. “Marcos Portugal: mestre de música de Suas Altezas Reais”. *Música Hódie*, v. 13, n. 1, p. 19–33, 2013.

Cranmer, David. “Uma corte deslocada e a figura de Marcos Portugal”. *Congresso Internacional “Música, Cultura e Identidade no Bicentenário da Elevação do Brasil a Reino Unido”*, 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Centro de Estudos

de Sonologia e Estética Musical, 2016. Disponível em: <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/5747138/selection.pdf>. Acesso em:

Crowl, Harry. “A música no Brasil colonial anterior à chegada da Corte de D. João VI”. *Textos do Brasil*, n. 12, p. 22–31, 2006.

Cunha, Antônio dos Santos. *Assumptionem (hino de Nossa Senhora)*. Três Corações: Rafael Sales Arantes, 2015.

Cunha, Antônio dos Santos. *Ofício de Quarta-feira Santa: matinas*. São João del-Rei: Rafael Sales Arantes, 2022.

Cunha, Herculano Augusto Lassance. *Dissertação sobre a prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Graduação em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1845.

Dias, José Leonel Gonçalves. *A música em Prados*. Tese (Doutorado em Música). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 1999.

Dias, Sérgio. “Considerações sobre a originalidade da música mineira setecentista”. in: *IV Encontro de Musicologia Histórica*, IV., 2002, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/104568897/>. Acesso em:

Direção-Geral de Patrimônio Cultural. *Solar dos Pimentéis: Portugal, Bragança, Torre de Moncorvo*. Monumentos, 2016. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2362. Acesso em:

Everist, Mark. “Reception theories, canonic discourses, and musical value”, in: Everist, Mark; Cook, Nicholas (ed.). *Rethinking music*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 378–402.

Fernandes, Cristina Isabel Videira. *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*. Tese (Doutorado em Musicologia). Universidade de Évora, Évora, 2010.

Figueiredo, Carlos Alberto (org.). *Coleção Música Sacra Mineira*, v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 2020.

Fonseca, Modesto Flávio Chagas. “O arquivo musical da Orquestra Lira Sanjoanense no tempo da Companhia de Muzica”. *LaborHistórico*, v. 8, n. 1, p. 127–139, 2022.

Fonseca, Modesto Flávio Chagas; Guimarães, Antonio Carlos. “A música na Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar”, in: Dangelo, André Guilherme; Brasileiro, Vanessa Borges; Araújo, Carlos Magno de Araújo (orgs.). *Catedral Basílica de N. S. do Pilar de São João del-Rei: 300 anos (edição comemorativa)*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2023. p. 199–204.

Galo, Pedro Paulo Vilela. *Coalhadas e rapaduras: história social da música em São João del-Rei no século XIX*. Monografia (Especialização em História). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 1998.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Guimarães, Joaquim Fernando da Cunha. “História (breve) da regulamentação da profissão de contabilista em Portugal”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, n. 117, p. 30–43, 2009.

Irving, David R. M. *Colonial counterpoint: music in early modern Manila*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

Lange, Francisco Curt. “A organização musical durante o período colonial”. *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 1966, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

Medeiros, Rodrigo Coelho de et al. *A atividade musical da Real/Imperial Câmara e da Capela Real/Imperial no Rio de Janeiro nos reinados de Dom João VI e Dom Pedro I (1808–1831)*. Trabalho de Conclusão de Disciplina. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2021.

136

Moreira, Luis Miguel. *Mapas das regiões de Portugal: mal se governa o país que se não conhece*. Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército, 2020.

Nascimento, Simonne E. Fonseca. *Diagnóstico e plano de tratamento do arquivo musical da Orquestra Ribeiro Bastos de São João del-Rei (MG)*. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2021.

Nederlandse Regering. *Verslagen omtrent 's rijks oude Archieven*, v. 24. Amsterdã: 's Gravenhage, 1903.

Neves, José Maria. *A Orquestra Ribeiro Bastos e a vida musical em São João del-Rei*. Rio de Janeiro: O Globo, 1984.

Neves, José Maria. *Música sacra mineira: biografias, estudos e partituras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 2000.

Neves, José Maria (org.). *Catálogo de obras: música sacra mineira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 1997.

Novaes, Felipe. *O intérprete de histórias inventadas: Minas Gerais setecentista na balança da musicologia*. Tese (Doutorado em Música). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2023.

Orquestra Lira Sanjoanense. “Exposição comemorativa”. *Bicentenário da Orquestra*

Lira Sanjoanense: 1776-1976, 1976, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976.

Pardini, Rodrigo. *A contratação da música em São João del-Rei (1750-1829): tecendo histórias, fontes e relações*. Tese (Doutorado em Música). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2025.

Pardini, Rodrigo; Rocha, Edite. “Acervo da Orquestra Ribeiro Bastos: análise documental sobre a fundação e relação entre a família Braziel e o conjunto de Francisco José das Chagas”. *Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*, xxxiv., Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/65402>. Acesso em:

Pereira, João Pedro Resende. “A construção da memória de fundação da Orquestra Lira Sanjoanense nas comemorações do seu bicentenário (1976)”. *Encontro de Musicologia Histórica do Campo das Vertentes*, vi., 2023, São João del-Rei. *Anais [...]*. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/113986624/>. Acesso em:

Perpétuo, Irineu Franco. *História concisa da música clássica brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

Pontes, Annie Larissa Garcia Neves. *Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2008.

Rechdan, Luís Henrique Junqueira de Almeida. *Constituição e responsabilidade: a articulação de mecanismos para controlar os atos ministeriais pela Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

Rezende, Maria da Conceição. *A música na história de Minas colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Ricciardi, Rubens Russomano. *Manuel Dias de Oliveira: um compositor brasileiro dos tempos coloniais-documentos e partituras*. Tese (Doutorado em Artes). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

Rocha, Edilson. *Proposta para interpretação da Missa grande de Antônio dos Santos Cunha: teoria e prática da execução musical*. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2005.

Rocha, Edilson. “A Missa grande de Antônio dos Santos Cunha: influências operísticas na obra de um compositor colonial mineiro”. *Per Musi*, n. 18, p. 52-58, 2008.

Rocha, Edilson. *Aspectos de regência e execução nos Responsórios para Quarta Feira Santa de Antônio dos Santos Cunha*. Tese (Doutorado em Música). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.

Rocha, Edilson. “Figuras de retórica nos Responsórios para Quarta-Feira Santa de Antônio dos Santos Cunha”. *Per Musi*, n. 24, p. 110–124, 2011a.

Rocha, Edilson. “Antônio dos Santos Cunha”, in: Castagna, Paulo et al. (org.). *Patrimônio Arquivístico-Musical Mineiro, v. 4: Antônio dos Santos Cunha*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2011b. p. 27–30.

Rocha, Edilson. “Antônio dos Santos Cunha: comparação de fragmentos musicais”. *Congresso Internacional “A Música no Espaço Luso-Brasileiro: Um Panorama Histórico”*, 2013, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2013. Disponível em: <https://nucleocaravelas.wixsite.com/meusite/atas>. Acesso em:

Rossato, Jupiracy Affonso Rego. *Os negociantes de grosso trato e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808–1830)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.

138

Santos, Mara dos. *Reis do Rosário: poder e relações simbólicas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São João del-Rei (cc 1840–1909)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, 2016.

Sinzig, [Frei] Pedro. *Pelo mundo do som: dicionário musical*. 2. ed. Rio de Janeiro: Kosmos, 1976.

Souza, Pedro de. “A música em São João del-Rei do século XVIII até nossos dias”. *Bicentenário da Orquestra Lira Sanjoanense: 1776–1976*, 1976, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976.

Torres, João Romano. “Seabra (Antônio de)”, in: *Portugal: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, v. 4. Lisboa: João Romano Torres, 1909. p. 772.

Treitler, Leo. *Music and the historical imagination*. Londres: Harvard University Press, 1989.

Trilha, Mário Marques. “Trilha sonora imperial: música na corte carioca”. *Insight Inteligência*, n. 103, p. 64–77, 2024.

“Velhas lembranças”. *Ação Social*, v. 1, n. 10, p. 2, 16 mai. 1915.

Viegas, Aluizio José. “Música em São João del-Rei — de 1717 até 1900”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, n. 5, p. 53–65, 1987.

Viegas, Aluizio José. “O inventário de um músico são-joanense do século XVIII: Lourenço José Fernandes Braziel”. *Encontro de Musicologia Histórica*, vi., 2006, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora: 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/92396745/>. Acesso em:

Wiley, Christopher Mark. *Rewriting composers' lives: critical historiography and musical biography*. Tese (Doutorado em Música). University of London, Londres, 2008.

RODRIGO PARDINI

Doutor e Mestre em Música e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Metodologia de Pesquisa em Música pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Alfamérica e Licenciatura em Piano pelo Departamento de Música da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei (IHG-SJDR) e associado dos Grupos de Pesquisa “Centro de Estudos de Acervos Musicais Mineiros” (CEAMM/CNPq) e “Núcleo de Estudos em Música Brasileira” (NeMuB/CNPq), tem atuação voltada a temas como arquivos administrativos, acervos musicais e estudos sobre a música em São João del-Rei entre os séculos XVIII e XX. É professor na Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva, da Prefeitura Municipal de Divinópolis, Minas Gerais. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9259-8828>. E-mail: pesquisarodrigo@gmail.com.

EDITE ROCHA

Professora Adjunta de Musicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pesquisadora CNPq, com Doutorado em Música pela Universidade de Aveiro (Portugal, 2010) com apoio da FCT, Mestrado em Música Antiga pela *Hochschule für Alte Musik Basel, Schola Cantorum Basiliensis* (Suíça, 2004) com apoio do GRI-Cultura Portugal, e Licenciatura em Ensino de Música pela Universidade de Aveiro (Portugal, 1999). Sua Tese de Doutorado em Musicologia Histórica recebeu o “Prêmio de Investigação Histórica D. Manuel I” (2011). Líder do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Acervos Musicais Mineiros” (CEAMM/CNPq), realizou Pós-Doutorado no Instituto de Etnomusicologia e Centro de Estudos em Música e Dança (INET-md) da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio da FCT e *King’s College London/Brazil Institute*. Coordenadora do Acervo Curt Lange/Rede de Museus da UFMG (desde 2015) e do Grupo de Estudos internacional sobre “Francisco Curt Lange” da ARLAC (Associação Regional da América Latina e Caribe, *Internacional Musicological Society*), é colaboradora do “Núcleo Caravelas de História da Música Luso-Brasileira” do CESEM/NOVA FCSH (Portugal) e do “Núcleo de Estudos de Música Brasileira” da UFMG. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Música da UFMG (2021–2023). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9712-9019>. E-mail: editerocha@ufmg.br.